ESPAÇO PÚBLICO | CONTINUIDADE

O espaço verde como elemento estruturante na cidade de Lisboa

PAULA ZINN

ESPAÇO PÚBLICO | CONTINUIDADE

O espaço verde como elemento estruturante na cidade de Lisboa

PAULA ZINN

Universidade Autónoma de Lisboa
Departamento de Arquitetura

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientação
Professora Arquiteta Inês Lobo
Professora Doutora Filipa Ramalhete

2023, Lisboa

AGRADECIMENTOS

Primeiro agradeço a Deus por não me deixar cair, quando eu achei que não conseguiria mais.

Segundo aos meus pais, Clara e Paulo, por serem a minha base e a minha fortaleza, que fizeram de tudo para que eu pudesse estar aqui hoje, sem vocês nada seria possível. Ao meu irmão que sempre me apoiou.
Ao Ben que esteve ao meu lado nessa etapa final, paciente e sempre me apoiando.

Aos meus amigos que participaram diretamente comigo nessa jornada, com seus concelhos e ajuda, em especial a Cláudia, Bia, Nathalia, Hadassa, Suelen, e todos aqueles que fizeram parte de alguma forma desse período.

Aos meus colegas de turma, pela parceria e ajuda coletiva.
Por ultimo, aos meus professores, e em especial as minhas orientadoras, professora Doutora Filipa Ramalhete e professora Arquiteta Inês Lobo, meu muito obrigada pela paciência e disponibilidade.

RESUMO

O presente trabalho desenvolve a análise da estrutura verde dentro da cidade através do espaço público e da forma como essa estrutura se relaciona com a área urbana consolidada, para melhoria da qualidade de vida das pessoas. O foco foi a Picheleira, com a proposta de projeto no Casal do Pinto, na cidade de Lisboa. A pesquisa identificou que os desencontros presentes na malha urbana provocam espaços vazios, os quais possuem grande potencial para agregar a cidade e promover o seu desenvolvimento sustentável mediante a inserção de áreas verdes.

ESPAÇO PÚBLICO VERDE | URBANIZAÇÃO | PARQUE | PICHELEIRA

ABSTRACT

The present work develops the analysis of the green structure within the city through public space and how this structure relates to the consolidated urban area to improve the quality of peoples life. The focus was on Picheleira, with a project proposal at Casal do Pinto, in the city of Lisbon. The research identified that the mismatches present in the urban fabric cause empty spaces, which have great potential to aggregate the city and promote its sustainable development through the insertion of green areas.

GREEN PUBLIC SPACES | URBANIZATION | PARK | PICHELEIRA

ÍNDICE

Introdução 10

CAPÍTULO I
Influência dos espaços verdes na cidade 15

1.1 A cidade e o desenvolvimento dos espaços verdes a partir do século XIX 20

1.2 Lisboa e os espaços verdes nos séculos XIX e XX 26

1.3 Análise cartográfica das áreas verdes de Lisboa 39

CAPÍTULO II
Análise morfologica do Vale de Chelas a partir do séc. XIX 52

2.1 Regresso ao passado no Vale de Chelas 54

2.2 O vale antes da Linha de Caminho-de- Ferro 57

2.3 O vale após a Linha de Caminho-de-ferro 69

2.4 Casal do Pinto como oportunidade 77

CAPÍTULO III
Continuidade através do espaço público verde 83

3.1 Um novo espaço público verde na cidade de Lisboa 87

Índice de imagens 126

Bibliografia 128

INTRODUÇÃO

A transformação das cidades, em resultado do acelerado desenvolvimento industrial, em meados do século XIX, caracterizou-se pela ausência de planeamento urbano, gerando o distanciamento entre áreas da cidade, devido à presença de barreiras físicas ou falta de elementos que gerem conexão, como espaços públicos verdes. O espaço público contribuiu para a estruturação territorial, ambiental, formal, de acessibilidade, mobilidade, económica, social e estética[1]. São espaços multifuncionais que possibilitam a continuidade das redes urbanas, tais como eixos viários estruturantes, espaços verdes, estruturas ecológicas[2] .

As cidades não estavam preparadas pra o aumento populacional, a urbanização alastra-se para a envolvente da cidade antiga, iniciando a suburbanização[3]. Todo o espaço foi ocupado, as zonas verdes - jardins das residências e hortos - foram substituídas por construções[4] . Este fator contribuiu para que a cidade perdesse o equilíbrio com o meio natural[5], no século XX, e se tornasse fragmentada, emergente e dispersa, trazendo problemas, ao nível, social, económico e ambiental, que se somam entre outros, de caracter organizacional[6].

O presente trabalho desenvolve a análise da requalificação urbana para articular diferentes zonas da cidade, por meio do espaço público verde e por meio de elementos arquitetónicos, paisagísticos e estruturantes, abordando momentos em que a natureza se incorporou como elemento estruturante funcional.

Partindo desta premissa, propomos verificar a falta desse planeamento na área conhecida como Casal do Pinto, um amplo vazio urbano desde a década de ‘50 – onde havia a horta da Conceição de Cima – que possui forte potencial para reorganizar e melhorar a qualidade de vida da envolvente na área da Picheleira, na cidade de Lisboa.

[1] PINTO, Ana Julia. Espaço Público e Coesão Territorial – O Caso da “Rambla de La Mina”. on the waterfront. Public Art.Urban Design.Civic Participation.Urban Regeneration, [s. l.], n. 12, p. 149–163, 2009. Disponível em: https://revistes.ub.edu/index.php/waterfront/article/view/18891. Acesso em: 20 feb. 2021.

[2] ODS - Objetivos do desenvolvimento Público e Coesão Territorial. Resolução A/RES/72/279.OP32, da Assembleia Geral da ONU. 2018. Disponível em: https//unesco-portugal.mne.gov.pyt/pt/temas/objetivos-de-desenvolvimento-sustentaveis/os-17-ods.

[3] BENEVOLO, Leonardo, História da Cidade. São Paulo. Editora: Perspectiva S.A, 1997, p. 556.

[4] BENEVOLO, Leonardo, História da Cidade. São Paulo. Editora: Perspectiva S.A, 1997, p. 556.

[5] ALVES, Tânia Monteiro – A estrutura Ecológica Urbana no modelo da rede Estruturante da Cidade. Aveiro. Editora: Bubol Publishing S.L. Agosto, 2010. Dissertação de Mestrado. Disponível: https://www.slideshare.net/williandesa35/alves-tania-estrutura-ecologica-urbana.

[6] ALVES, Tânia Monteiro – A estrutura Ecológica Urbana no modelo da rede Estruturante da Cidade. Aveiro. Editora: Bubol Publishing s.l. Agosto, 2010. Dissertação de Mestrado. Disponível: https://www.slideshare.net/williandesa35/alves-tania-estrutura-ecologica-urbana.

Para esta intervenção, a pesquisa teve como ponto de partida o contexto histórico das áreas verdes à escala da cidade, que confirma a importância desses espaços públicos verdes como elemento de organização urbana e requalificação das cidades. No Capítulo 1, identifica-se a relação da cidade com estas áreas verdes ao longo da história, especialmente para demonstrar a sua importância como meio alternativo de lazer e cultura, e para compreender como se integram na malha urbana como elemento estruturante, e pela sua relação com o construído. Tirando partindo de bibliografia e teses já elaboradas sobre o mesmo tema, juntamente com cartografia dos séculos anteriores, como a cartografia de Lisboa de Felipe Folque de 1858 e Silva Pinto de 1911, é feita uma análise da situação atual.

Uma vez analisada a importância que a natureza tem na cidade como elemento organizacional, encontra-se no terreno Casal do Pinto a potencialidade de requalificação, como espaço público verde. O segundo capítulo aborda a morfologia da Picheleira entre 1835 a 1960 e busca observar as mudanças no desenvolvimento da zona de acordo com as cartas urbanas elaboradas durante diferentes períodos para identificar as tentativas de valorização desta área que, nos dias atuais, se encontra, como um vazio urbano, disponível para implementação de projetos urbanísticos. A bibliografia e demais documentos utilizados provêm de pesquisas realizadas na Câmara Municipal de Lisboa.

A tradição de recetividade dos espaços verdes na cidade como meio para melhoria de qualidade de vida e a reorganização da malha urbana fundamenta a intervenção proposta será detalhada no Capítulo 3. Este capítulo aborda a intenção de intervenção na área do Casal do Pinto através de um projeto arquitetónico urbanístico, que tem por finalidade solucionar dois problemas da envolvente.

O primeiro envolve a necessidade contribuir e tornar uma área que se caracteriza como a traseira de um bairro em uma nova área de lazer, e contribuindo para a reorganização de arruamentos inacabados. Um segundo momento, mais desafiador, seria a tentativa de vencer os desníveis do terreno, que tem características de vale, através de uma construção arquitetónica que refaz os limites do vale e gera a articulação entre as cotas mais altas e as mais baixas, facilitando a locomoção dos utilizadores.

A proposta de projeto de intervenção na área do Casal do Pinto busca a transformação do local em um espaço público verde, colmatando a carência destes espaços na área e contribuindo para o desenvolvimento da cidade, uma vez que a área já possui acesso aos serviços de transporte público – como a linha da Concordância de Xabregas, atualmente desativada, e se insere no projeto em curso do corredor verde do Vale de Chelas.

Dentre os elementos que foram trabalhados no projeto, destaca-se a atenção às políticas nacionais para o desenvolvimento ambiental sustentável, a valorização das linhas de transporte público e o uso de elementos arquitetónicos e paisagísticos.

A inserção de espaços verdes nas cidades é fundamental para a qualidade de vida de seus habitantes, para prevenir desastres ambientais e facilitar a conexão entre espaços.

CAPÍTULO I

Influência dos espaços verdes na cidade.

Fig. 1 - Ortotofotomapa Lisboa
Estruturas verde e ferroviarias.

Escala: 1:14 000

A inclusão de espaços públicos verdes nas cidades é, hoje, reconhecida como um elemento essencial para o seu desenvolvimento, a fim de torná-las mais inclusivas, seguras e sustentáveis[7]. A preocupação com a proteção da biodiversidade urbana decorre do fato de que a presença de espaços verdes nas cidades acarreta benefícios aos cidadãos.

Esta necessidade também é reconhecida pela União Europeia que, em 2010, promoveu o Acordo Cidade Verde com o objetivo de incentivar a implementação de políticas públicas que promovam a restauração de áreas verdes e impeçam a perda de ecossistemas urbanos. No âmbito deste acordo, em 2018, a cidade de Lisboa foi eleita “Capital Verde 2020”[8] , o que demonstra a preocupação da Câmara Municipal de Lisboa com o incremento de espaços públicos verdes na cidade.

Neste contexto, é possível abordar fatos que impulsionaram o surgimento de espaços verdes na cidade de Lisboa a partir da segunda metade do século XIX, destacando a relevância das políticas de implementação de jardins públicos acessíveis a toda a população, visto que estes jardins permaneceram por muito tempo propriedade de instiituições privadas e religiosas.

7. ODS – Objetivos do desenvolvimento Sustentável. Resolução A/RES/72/279.OP32, da Assembleia Geral da ONU (2018).

8. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa Escolhe evoluir. Disponível em: URL: https://www.lisboa.pt/capital-verde-2020.

1.1 A cidade e o desenvolvimento dos espaços verdes a partir do século XIX

A partir do século XVIII, já era possível verificar o crescimento urbano no continente europeu que, todavia, tardou a chegar a Portugal, devido aos entraves políticos e económicos no período da guerra civil. A instabilidade decorrente das invasões francesas (1807), atrasou o desenvolvimento urbano prometido pelo partido dos Liberais[9]. Porém, esta filosofia política foi de grande importância para a posterior modernização das cidades portuguesas, incluindo no que diz respeito a natureza, que passou a ser vista como instrumento urbanístico. Assim, a compreensão das formas de melhoria das cidades não abordava apenas a implementação das estruturas de saneamento básico, mas também agregava a organização paisagística da cidade, com a criação de novos jardins e arborizações[10].

A partir do século XIX, a industrialização gerou a necessidade de construção de novas áreas residenciais - maioritariamente nos limites da cidade – para acompanhar a chegada dos trabalhadores que vinham do campo em busca de novas oportunidades. Esses bairros operários contribuíram significativamente para o desordenamento urbano[11], devido ao seu crescimento acelerado. Com esse crescimento veio a preocupação de melhorar as condições precárias de higiene. A integração dos espaços verdes na cidade é uma das formas encontradas para melhorar as condições do ambiente e aproximar a natureza ao meio urbano[12].

Ainda no século XIX, um dos primeiros exemplos de intervenção com o objetivo de integrar a Natureza na cidade foi feito por Olmsted[13], com o projeto do Parque Central, em Nova Iorque, em 1858 (Fig. 2), que traduzia o conceito de pulmão para a cidade. Foi Olmsted, ainda, que propôs a evolução de parque no centro da cidade, para um sistema de parque contínuo[14] (Fig. 3) no século XX, através de um projeto de sistemas de parques, realizado para a cidade de Boston, nos Estados Unidos, em 1894.

9. Os partidos dos Liberalistas possuem uma filosofia política e moral baseada na liberdade e consentimento dos governos e igualdade de todos perante a lei. Defendem uma ampla gama de pontos de vista, dependendo da sua compreensão desses princípios, mas, em geral, apoiam ideias como um governo limitado, quanto aos poderes, direitos individuais, livre mercado, democracia, secularismo, igualdade de gênero, igualdade racial, internacionalismo, liberdade de expressão, liberdade de imprensa e liberdade religiosa. O Liberalismo só conseguiu cumprir suas promessas em Portugal em 1851, com o início do governo de Fontes Pereira de Melo (1819-1887). Para mais informações sobre essa época, consultar o livro: RODRIGUES, Ana Duarte - O triunfo dos jardins. O pelouro dos passeios e arvoredos de Lisboa (1840-1900).Lisboa. Biblioteca nacional de Portugal – BNP. 2020.

10. Ver: RODRIGUES, Ana Duarte - O triunfo dos jardins. O pelouro dos passeios e arvoredos de Lisboa (1840-1900).Lisboa. Biblioteca Nacional de Portugal – BNP. 2020, p.20.

11. Ver: PESSOA, Fernando Santos - Intervir na Paisagem. Lisboa: Edições, Estudos e Realizações. 2017, p.121

12. Ver: MAGALHÃES, Manuela Raposo - A Arquitetura paisagista morfologia e complexidade. Lisboa : Editorial Estampa. 2001, p.99.

13. Frederick Law Olmsted foi um arquiteto paisagista, jornalista e botânico norte-americano. Ficou conhecido por projetor vários parques urbanos, entre eles o Parque Central de Nova Iorque.

14. TELLES, Gonçalo Ribeiro. Plano Verde de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 1997, p. 57.

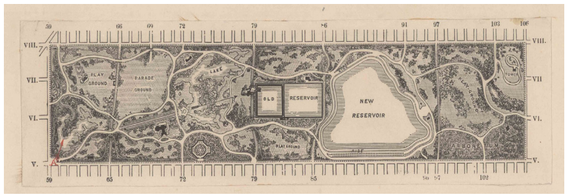


Fig. 2 - Planta do Parque Central, Nova Iorque – Olmsted e Vaux – 1858. Departamento of Parks and Recreation Drawings Collection.

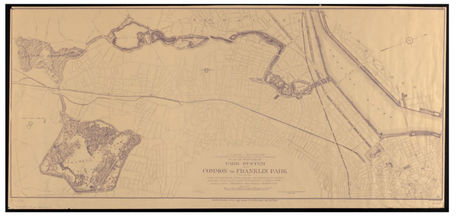


Fig. 3 - Plano de Sistema de Parques de Boston – Olmsted e Elliot – 1894.

Norman B. Levnethal Map Center

Na Europa, no século XIX, sob a influência higienista e naturalista, surgem dois modelos: a Cidade Jardim (Fig. 4), de Ebenezer Howard[15], em 1898, e a Cidade Linear de Arturo Sória y Mata, engenheiro espanhol, em 1882 (Fig. 5). Ambos tinham a intenção de promover a descentralização e reduzir o contraste cidade-campo[16].

Arturo Soria y Mata (1844-1920) defendia que a cidade, por se desenvolver a partir de um centro, acarretava problemas de circulação e congestionamento, e sugeriu uma cidade linear, com uma rua única de largura limitada e comprimento ilimitado, em que o eixo central incorporava a ferrovia, e ao longo do percurso eram introduzidos espaços arborizados. Os edifícios ocupariam um quinto do terreno, e o resto seria destinado ao jardim. Arturo Soria desejava que a cidade linear fosse equilibrada e aproximasse o habitante da natureza. Umas das características relevantes da cidade linear foi a interpretação do sistema viário como elemento principal do desenvolvimento. As zonas verdes ainda eram interpretadas como um problema social e não ecológico[17].

A Cidade Jardim de Howard foi uma tentativa de resolver os problemas de insalubridade e poluição, decorrentes das deslocações da população inerentes à industrialização. No plano de Howard, o conceito era estreitar a relação entre a urbe e o campo. Para ele, não havia somente duas opções de vivência - a vida na cidade e a vida no campo - mas sim uma terceira via, na qual, se poderia unir a vida ativa da cidade com a beleza do campo (Howard,1979)[18]. A Cidade Jardim de Howard era rodeada pela linha de caminho-de-ferro, que funcionava como um divisor entre a área urbana e as áreas agrícolas. O modelo circular organizava-se a partir de um jardim central, contornado com os principais edifícios. A partir dessa zona estruturavam-se as vias arborizadas. Nos limites eram projetadas as fábricas, lojas e mercados. Entre as avenidas era destacada a avenida principal, que, pela sua arborização, seria mais um parque na cidade[19].

[15] Ebenezer Howard foi um pré-urbanista ingles, que ficou conhecido pela sua publicação Cities of Tomorrow, de 1898, na qual descreveu uma cidade utópica em que pessoas viviam harmonicamente juntas com a natureza. A publicação resultou na fundação do movimento das cidades-jardin.

[16] TELLES, Gonçalo Ribeiro - Plano verde de Lisboa: Edições Colibri. 1997, p. 57.

[17] CONTREIRAS, Ana Leonor Cecílio - Utilização do espaço verde enquanto elemento arquitetónico da construção do espaço.Lisboa: Universidade Lusíada. 2020, p. 31. Dissertação de mestrado.

[18] Idem.

[19] Idem, p. 33.

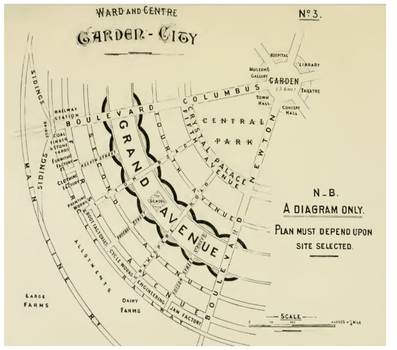


Fig. 4 - Esquema da Cidade Jardim de Ebenezer Howard – 1898.

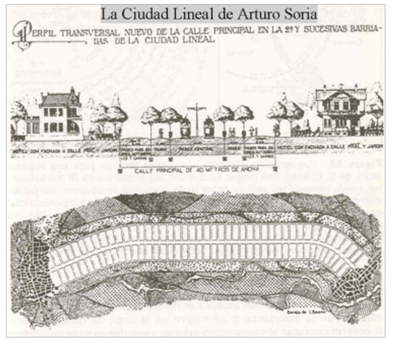


Fig. 5 - Cidade Linear de Arturo Soria y Mata – 1894

A estrutura verde, em ambos os projetos, era descontínua, sem ligações entre as faixas. As propostas visavam introduzir faixas verdes, separando o construído e impedindo o crescimento contínuo dos edifícios. No século XX, desenvolve-se o conceito de estrutura verde contínua, com a intenção de aproximar o centro da cidade a sua envolvente[20].

O que deu consistência científica ao modelo de estrutura verde foi o conceito de homeostasias[21], de 1929, aplicado por Olmsted, em Boston, no século XIX, que deu origem ao *Continuum Naturale*, que marca o planeamento ecológico do século seguinte. Podemos ver esse modelo, na Europa, no plano de Berlim (Fig.6) de 1929, elaborado pelo arquiteto urbanista Martin Wagner.

Foi, no entanto, no seculo XX, que o sistema de Continuum Naturale se desenvolveu, com o objetivo de transformar essa estrutura verde em rede, sobrepondo as faixas propostas na estrutura radial. Este modelo, "articulava a estrutura verde, com outras funções urbanas, nomeadamente as de circulação" (Telles,1997:59), como Gonçalo Ribeiro Telles menciona em seu livro sobre o Plano Verde de Lisboa, em 1997.

O conceito do *Continuum Naturale* tinha como objetivo preservar as estruturas fundamentais da paisagem no meio urbano, penetrando no tecido urbano de maneira tentacular e ininterrupta, de modo a assumir funções e formas urbanizadas: edifícios e infraestruturas, recreio e lazer até a praça ou rua arborizada. O objetivo seria criar novos espaços, ou recuperar os existentes com uma ligação realizada por meio de corredores verdes conectando percursos de veículos ou peões. Em Portugal, o conceito de *Continuum Naturale*[23] foi estabelecido por volta dos anos 40, mas só foi legalmente enquadrado em 1987.

Essa rede assume um modelo organizacional da cidade e de suas diferentes partes, pretendendo melhorar os problemas da cidade de maneira a articular as suas peças urbanas[24]. Sendo assim, na era moderna, no espaço exterior, a forma seguiu a função, englobando funções ecológicas que levavam a transformações de espaços antes privados em espaços públicos essenciais utilitários.

[20] TELLES, Gonçalo Ribeiro - Plano verde de Lisboa: Edições Colibri. Lisboa:1997, p. 57.

[21] Definição de Homeostasias, de Walter Cannon – (As condições constantes que se mantém no corpo podem chamar-se equilíbria. A palavra não significa uma situação fixa e imóvel, uma estagnação. Quer significar uma condição – Condições que pode variar mas que é relativamente constante". Citado pela autora Manuela Raposo Magalhães em sua obra "A arquitetura paisagística morfológica e complexidade. Ver: MAGALHÃES, Manuela Raposo. A arquitetura paisagística e morfológica e complexidade. Editora: Editorial Estampa, Lda. Lisboa, 2001, p.105. ISBN 972331686.

[22] TELLES, Gonçalo Ribeiro - Plano verde de Lisboa: Edições Colibri. Lisboa: 1997, p.60.

[23] Definição de Continuum Naturale: " é o sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território". Lei de bases nº11/87 de 7 de Abril. Art.5º 2d.

[24] ALVES, Tania Monteiro - A estrutura Ecológica Urbana no modelo da rede Estruturante da Cidade. Aveiro.s.l. 2010. Dissertação de Mestrado.

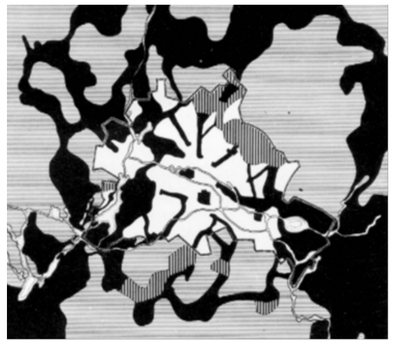


Fig. 6 - Plano de Berlim, Martin Wagner – 1929 - A preto as zonas verdes envolvendo os espaços edificados.

1.2 Lisboa e os espaços verdes nos séculos XIX e XX

Em território português, com o início da Regeneração[25], no governo de Fontes Pereira de Melo (1819 a 1887), iniciam-se os avanços estruturais para melhoria e moder- nização da cidade, sendo de extrema importância a criação do pelouro dos Arvoredos pela Câmara Municipal de Lisboa, na segunda metade do século XIX[26]. Também nesta época verifica-se a elaboração de projetos de obras públicas em todo o país como construções de novas linhas caminho de ferro, melhoramentos fluviais, e redes de eletricidade.

A urbanização também trouxe consigo a necessidade de garantir a reintegração da natureza na cidade como forma de restabelecer o bem-estar daqueles que ali se instalavam. A implantação dos jardins nas cidades é abordada pelo historiador de paisagem Jonh Dixon Hunt como um recurso de índole democrática, na medida em que estes jardins recebiam grande frequência de visitas, e eram capazes de evidenciar os bons valores da sociedade[27].

Uma das primeiras tentativas de espaços públicos projetados na cidade de Lisboa foi o Passeio Público, em 1883 (Fig. 7), sob proposta do Marquês de Pombal, que tinha como objetivo expandir o crescimento da cidade no sentido norte, mediante a utilização de vazios urbanos, tendo este projeto sido iniciado na base dos Restauradores[28].

[25] Regeneração é a designação dada pelo período da monarquia constitucional portuguesa que se seguiu a insurreição militar de 1 de Maio de 1851 que levou a queda de Costa Cabral.

[26] Ver: RODRIGUES, Ana Duarte - Horticultura para todos.Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal –BNP. 2017, p.22.

[27] Idem.

[28] Idem.

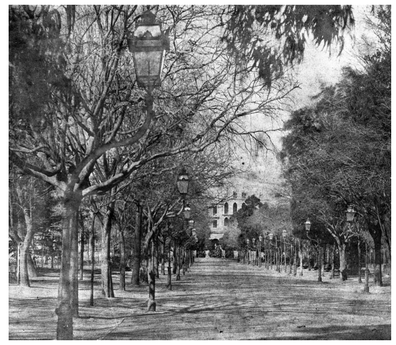


Fig. 7 - Passeio público: alameda central pouco antes, da demolição.1883.

O Passeio Público foi desenhado em estilo barroco (Fig. 8), como uma cerca conventual ou uma quinta da nobreza, tendo sido criticado por não condizer com a sua função, pois "o gosto moderno condenou de há muitos as grades do passeio"[29]. O passeio possuía portões de madeira e cobrava-se uma taxa aos que pretendessem usufruir do espaço, o que pode ter colaborado para a falta de atração dos lisboetas pelo Passeio, tendo o mesmo sido frequentado mais comumente por estrangeiros[30].

Neste cenário de incentivo à implementação de espaços públicos verdes, o Jardim da Estrela (Fig. 8) também é reconhecido como marco na modernidade da cidade e símbolo da liberdade, visto que foi criado em alternativa ao Passeios Público sem a cobrança de taxas.

O parque, projetado pelo arquiteto Pedro José Pézerat, foi inaugurado em 1852. O projeto tem como referência os parques franceses que aderiram ao estilo inglês de traçado irregular e estilo romântico (Fig. 9), podendo ser comparado ao projeto *Plans Raisonnés*, de Gabriel Thouin (Fig. 10).

O jardim fez sucesso entre a população residente, sendo muito frequentado até aos dias atuais. O jardim foi palco de eventos e festas, como foi registado pelo fotógrafo Joshua Beloniel em 1911[31].(Fig.11).

[29] Revista Ocidente. Nº 147. Lisboa, 1883, p. 19. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1883/N147/N147_item1/P3.html (Consultado em: 18/04/2021).

[30] RODRIGUES, Ana Duarte - Horticultura para todos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal – BNP. 2017, p. 23.

[31] RODRIGUES, Ana Duarte - Horticultura para todos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal – BNP. 2017.

Fig. 8 - Cartografia de Lisboa, Passeio Publico. Felipe Folque, 1858.

Fig. 9 - Vista do Jardim da Estrela - Autor: Joshua Beloniel, 1911.

Fig. 10 - Cartografia de Lisboa no início do Séc. XX. Jardim da Estrela.
Autor: Silva Pinto, 1904- 1911.

Fig. 11 – *Plans Raisonnés de Toutes les Espèces de Jardins.*
Autor: Gabriel Thouin, 1820.

Fig. 12 - Jardim da Estrela, Garden party.
Autor: Joshua Beloniel,1911.

Em 1870, o Passeio Público foi repensado e proposta a criação de um Boulevard que ligasse a zona do Rossio ao Campo Grande, com o objetivo de disponibilizar um local de livre acesso aos cidadãos. O Passeio Público fez parte de polémicas e conflitos, especialmente quando Francisco Simões Margiochi[32] assumiu o governo e ordenou que o Passeio fosse desmantelado para abrir espaço para a nova Avenida da Liberdade, projeto de Domingos Parente da Silva (Fig. 13).

Posteriormente, em 1879, Gregório da Rosa Araújo propõe a implementação de uma via similar a proposta anterior. Com a sua execução, houve a extinção do Passeio Publico, mantendo-se apenas a linha de árvores no novo Boulevard[33]. A Avenida da Liberdade, que seguiu o modelo do modernismo francês, foi inaugurada em 1886, tendo sido positivamente rececionada pela imprensa pública que alegrava-se com a transformação da cidade: "A Lisboa de honmtem vae desaparecendo ante a Lisboa de amanhã" (Ocidente,1883, p. 19)[34].

O Boulevard foi um grande momento para a cidade e para os cidadãos, uma vez que estes, agora, poderiam usufruir livremente de uma via arborizada. Ainda com Francisco Simões Margiochi na direção do pelouro dos Passeios e Arvoredos, permitiram-se maiores iniciativas de espaços verdes e arborizações[35]. Após a implantação da Avenida da Liberdade, projetaram-se novos parques e espaços públicos verdes na cidade, juntamente com a preocupação de higiene e ampliação do lazer na cidade, seguindo os princípios do urbanismo oitocentista.

[32] Francisco Simões Margiochi foi um agrónomo e político que, entre outras funções, exerceu o cargo de par do reino, vereador e presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

[33]RODRIGUES, Ana Duarte - Horticultura para todos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal –BNP. Lisboa, 2017, p. 25.

[34]Revista Ocidente. Nº 147. Lisboa, 1883, p.19. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1883/N147/N147_item1/P3.html

[35]RODRIGUES, Ana Duarte. Horticultura para todos. Editora: Biblioteca Nacional de Portugal –BNP. Lisboa, 2017, p. 26.

[36]Jornal Da Horticultura Prática, 1873. Vol IV, p. 64-67. Disponível em: fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0003.W_0003_000047#faimg.

Fig. 13 - O novo boulevard, a avenida da Liberdade.

Autor: EduardoPortugal, 1939.

Os parques não eram apenas um “embelezamento, mas sim um progresso real, um melhoramento notável, e uma palavra, constituem um bem-estar maior para os felizes habitantes das cidades que os possuem (…)”[36]. Passam a ser implantados nas maiores cidades do continente europeu como uma forma de garantir pulmões verdes na urbe[37].

Na segunda metade do século XIX, parques como o da Liberdade, Campo Grande e Monsanto foram projetados, mas somente vieram a ser contruídos em 1940, no Estado do Novo[38] pelo arquiteto Alfredo Keil do Amaral.

O parque da Liberdade deu continuidade à Avenida da Liberdade (Figs. 14 e 15), o que deu um novo aspeto a área, a qual, em 1911, ainda era árida, contendo alguns lagos. O Campo Grande (Fig.16) foi projetado para que se tornasse um espaço de lazer, e um dos primeiros a ter um passeio com palmeiras em Lisboa. Monsanto (Fig. 17) foi planeado para ser arborizado e garantir o abastecimento de lenha à cidade, bem como para ser utilizado como parque, sendo, hoje, um dos maiores pulmões de Lisboa[39].

Ainda nos anos 60, o Parque da Fundação Calouste Gulbenkian (Fig.18) foi a área verde mais significativa construída na época. A sua construção foi feita entre 1966 e1969, e foi aberto ao público em 1974. O parque demostrou a importância da existência de espaços verdes de qualidade técnica e funcional, associados a equipamentos culturais[40].

[36] Jornal da Horticultura Prática, 1873. Vol IV, p. 64-67. Disponível em: fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0003.W_0003_000047#faimg.
[37] RODRIGUES, Ana Duarte. Horticultura para todos. Editora: Biblioteca Nacional de Portugal –BNP. Lisboa, 2017, p. 26.

[38] Estado Novo foi o regime político, autoritário, autocrata e corporativista de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos ininterruptos, desde a aprovação da Constituição de 1933 até seu derrube pela Revolução de 25 de Abril de 1974.

[39] RODRIGUES, Ana Duarte - Horticultura para todos. Editora: Biblioteca Nacional de Portugal –BNP. Lisboa, 2017, p. 26.

[40] TELLES, Gonçalo Ribeiro - Plano verde de Lisboa: Edições Colibri. Lisboa, 1997, p.70-71.

Fig.14 - Planta de Lisboa, avenidas novas projetadas – *O brinde de “O século”* A Editora -1909

Fig.15 - Parque da Liberdade, Autor:
Abreu Nunes – 1953 – CML

Fig.6 - Campo grande.
Autor:Pinheiro Correia – 1934

Fig. 17 - Monsanto, panorâmica ,
1952 - CML

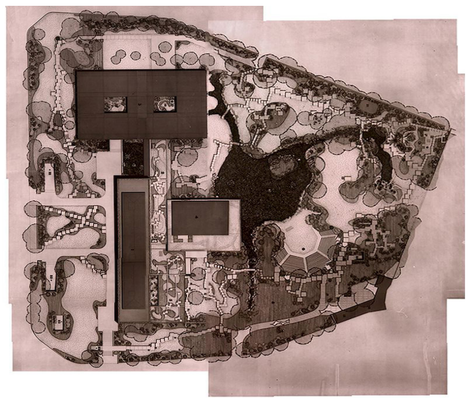


Fig. 18 - Plano geral Fundação
Calouste Gulbenkian -
Gonçalo Ribeiro Telles– 1966.
e reprojetado pelo Gabinete
Técnico da Habitação.

1.3 Análise cartográfica das áreas verdes de Lisboa

Lisboa, ao longo dos tempos, englobou no seu tecido espaços verdes, hortas, olivais e quintas. A partir do século XIX, com a industrialização, e o surgimento das fábricas nas zonas periféricas, o cenário da cidade muda, e gera um aumento das áreas edificadas[41]. No século seguinte, a área construída torna-se densa, e as áreas verdes diminuem. Para melhor entender a evolução dos espaços verdes na cidade de Lisboa, foi feito uma análise da cartografia da cidade entre os séculos XIX e XX, em comparação com o mapa atual da cidade.

[41]TELLES, Gonçalo Ribeiro. Plano verde de Lisboa. Lisboa: Edições Colibri. 1997, p. 70-71.

A primeira cartografia, datada do século XIX, foi a de Felipe Folque (Figs. 19), de 1858, onde está já representado o Passeio Público, citado anteriormente, como um dos primeiros espaços públicos verdes da cidade de Lisboa. A presença de jardins ainda era pequena, sendo visível o Jardim da Estrela e o Jardim do Convento das Necessidades. A área edificada não provoca um grande impacto, representando aproximadamente 40% da totalidade do mapa daquela época, constituído maioritariamente pela baixa pombalina, reconstruída após o sismo de 1775, e pela zona ribeirinha. A região oriental ainda não era representada nesta cartografia.

Fig.19 - Levantamento de Lisboa – 1856 - Felipe Folque - [Material Cartográfico]

Escala 1:30 000.

Na cartografia de Felipe Folque, a área verde ocupa cerca de 60% da área total, este valor divide-se em hortas (9%), os jardins (cerca de 2%), e os espaços verdes sem um uso especificado (cerca de 49%). A agricultura era a principal atividade económico deste território. (Fig. 20).

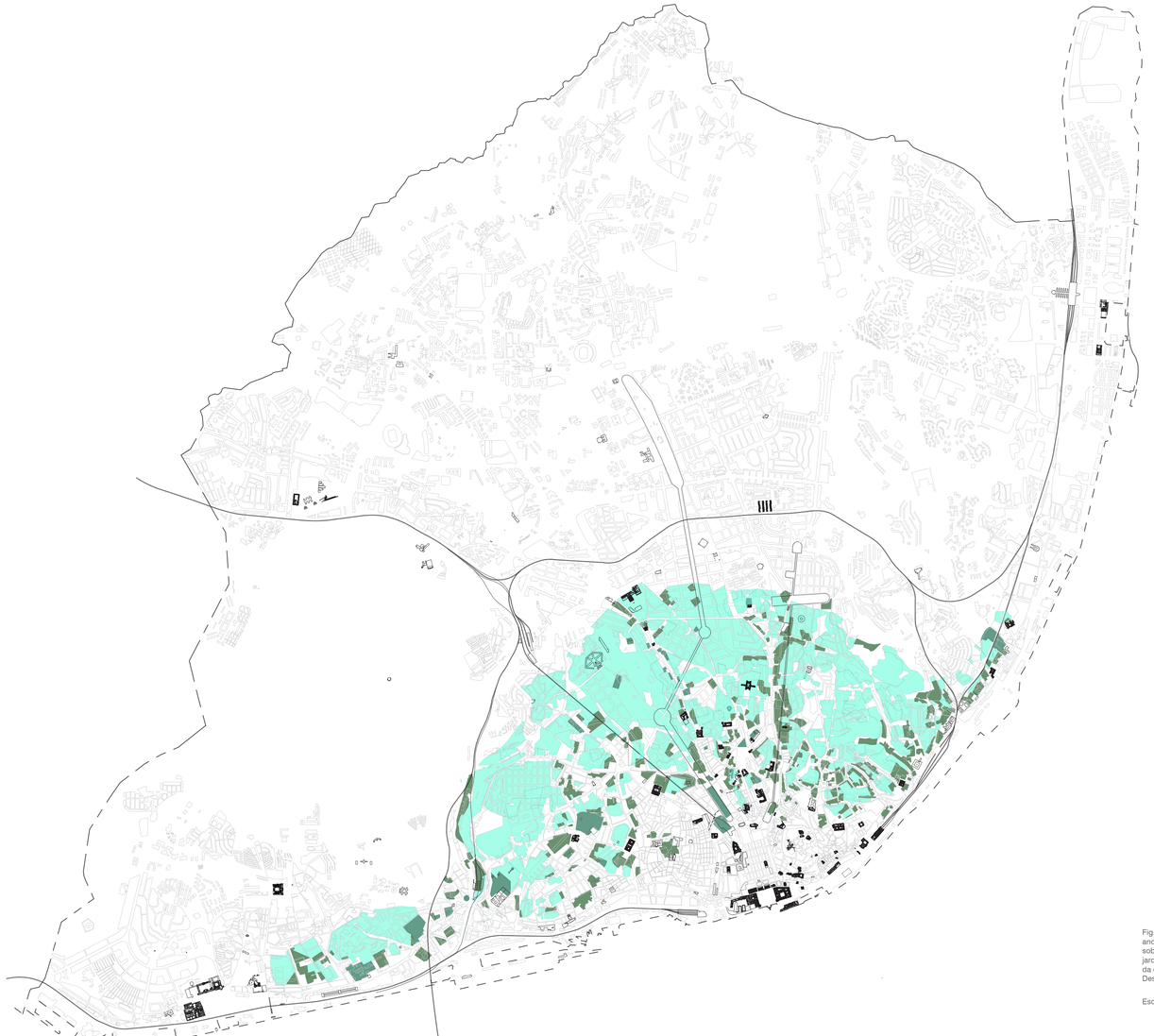


Fig. 20 - Levantamento dos espaços verdes no ano de 1858. Cartografia de Felipe Folque (1856) sobreposto ao mapa atual de Lisboa. Manchas verde: jardins e hortas. Fonte Reelaboração gráfica a partir da carta criada por Flora Del Debbio.
Desenho da autora.

Escala: 1: 30 000

No século XX, com a industrialização da cidade, Lisboa sofreu alterações em comparação com o século anterior. Na cartografia de Silva Pinto de 1911 (fig. 21), Lisboa já é representada com sua área atual. A estrutura verde urbana começa a aparecer, o Campo Grande já se representa, assim como o eixo das Avenidas Novas e a Avenida Liberdade já inaugurada, juntamente com o início do Parque Eduardo VII. Os caminhos-de-ferro já estão inseridos, a área edificada aumenta, ocupando 36% do mapa, maioritariamente na zona ribeirinha e central. Nesta cartografia, as áreas verdes ocupam cerca de 64% do total do mapa, com a seguinte distinção: 56% são espaços verdes de uso indefinido, 6% representam as hortas e 2% jardins (Fig. 22).

Fig. 21 - Levantamento Cartográfico de Lisboa, 1911.
PINTO, [Júlio António Vieira da] Silva – Levantamento Topográfico de Lisboa em 1904 - 1911 / Dir. [Júlio António Vieira da] Silva Pinto [Material Cartográfico]. – Escala 1:1000. [Lisboa: Câmara Municipal, 1904 - 1911]. – 249 plantas ms.: color.; 96 x 63 cm. Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

Escala 1:30 000.

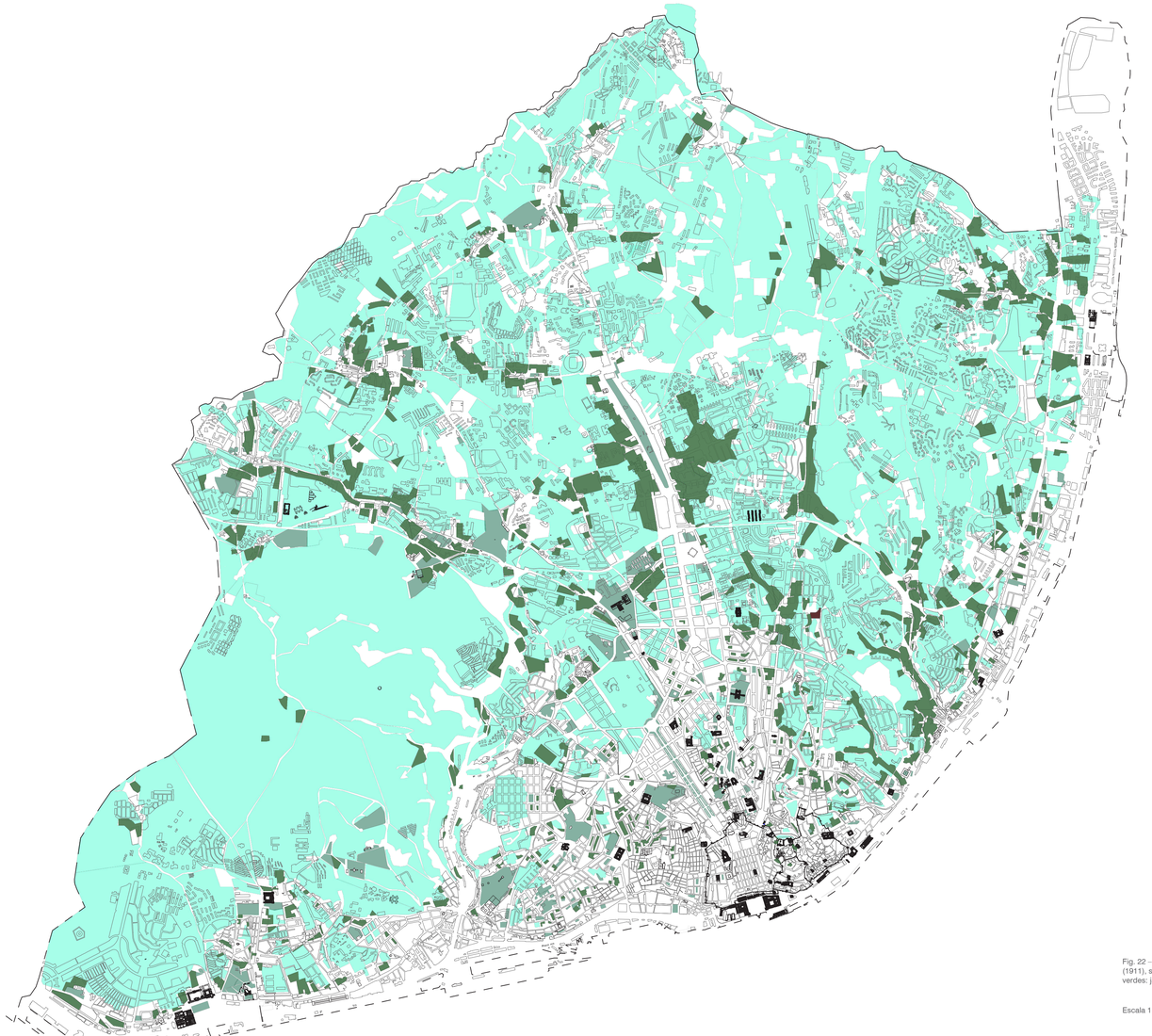


Fig. 22 – Espaços verdes no ano de 1911. Mapa de Siva Pinto (1911), sobreposto ao mapa da cidade de Lisboa atual. Manchas verdes: jardins, hortas e uso indefinido.

Escala 1:30 000.

Na cartografia de Lisboa atual, século XXI (Fig. 23), a área edificada representa 68% do total, sendo maior do que nos séculos passados; a estrutura verde está inserida entre os edifícios, com exceção de Monsanto e dos parques de maiores dimensões. A mancha verde ocupa 31% do território representando todas as áreas verdes, parques e jardins públicos, e 1% do território é ocupado por hortas urbanas. Observa-se que as estruturas verdes são importantes para manter a continuidade na malha urbana e qualidade vida.

Área Verde (Jardins e parques)
Hortas
Edifícios

Fig. 23 - Mapa de Lisboa século XXI. Espaços verdes.
Fonte: Reeleboração gráfica partir da carta de Lisboa criada pela arquiteta Ines Lobo. Desenho da autora.

Escala 1:30 000.

Os espaços públicos verdes urbanos modelados como parques encontram-se em regiões mais centrais. Destaca-se a relevância da zona Oriental da cidade, alvo de operações, como no exemplo da Expo´98, mas ainda existem os vazios urbanos periféricos que possuem um elevado potencial de integração na cidade e de requalificação. Um exemplo disso é o Casal do Pinto, no vale de Chelas, que constitui uma á rea com potencial de integração das habitações que hoje fazem parte de uma periferia da área urbana ligando-as aos principais núcleos da cidade através de novos jardins públicos.

CAPITULO II

Analise morfológica do Vale de Chelas a partir do século XIX

Fig. 24 - Mapa de localização da Picheleira – 2021
Fonte: Elaborado pela autora.

2.1 Regresso ao passado no vale de Chelas

Há indícios de que o Vale de Chelas foi habitado pelo ser humano desde o período da pré-história, mais precisamente na época neolítica, uma vez que a descoberta de materiais arqueológicos no local sugere a possível presença de uma vila romana nesta região[42], perto do estuário do rio Tejo, com rápido acesso a linha de água. Além disso, os materiais usados na construção do Convento de Chelas, os marcos miliários[43], dentre outras características, indicam a probabilidade de existência de uma via romana que ligava Santarém a Lisboa, conectando as duas cidades para desenvolver o comércio da agricultura[44].

O Convento de Chelas (Fig. 25) tem grande importância, tendo sido associado à chegada das relíquias do Mártir São Félix ao local, no ano de 665 d.C., transportadas em barcos pelo rio. A descoberta de que parte do convento compreendia um cais é fundamentada por objetos encontrados durante as reformas do edifício, no princípio do século XVII, com a identificação de argolas cravadas em pedras e escrituras nas paredes. Após Lisboa ter sido reconquistada por Dom Afonso Henriques, em 1143, esse espaço foi utilizado como um convento feminino, a partir de 1154. O convento foi remodelado algumas vezes, reconstruído em 1604, e após o terremoto de 1755. Após a extinção das ordens religiosas, em 1834, e com a morte da última freira, a estrutura abrigou uma fábrica de pólvora, e, por fim, no ano de 1898, o Arquivo Geral do Exército[45].

A economia desenvolvida no Vale de Chelas manteve-se agrícola até o final do seculo XIX. O progresso industrial somente foi observado no início do século XX, momento em que surgem os primeiros bairros industriais urbanizados na frente da ribeirinha do Vale[46], e as primeiras linhas do caminho-de-ferro.

Mesmo com a presença de património histórico no Vale do Chelas, a malha urbana da região teve poucos incentivos ao desenvolvimento, apesar do potencial de requalificação e aproximação aos polos da cidade e integração na sua área verde.

Sendo assim, podemos analisar o desenvolvimento morfológico do Vale de Chelas (Fig. 24) entre os séculos XIX e XX, de acordo com a cartografia de 1835 até 1960, dividido em dois contextos históricos: o antes e o depois da construção da linha de caminho-de-ferro que impulsionou o desenvolvimento do local[47].

[42] ADRIÃO, José - Relatório de Caracterização e Fundamentação do Plano de Pormenor do Casal do Pinto. Lisboa, 2018, p.12. Disponível: https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/planos-de-pormenor/detalhe/casal-do-pinto.

[43] Os marcos miliários eram marcações de distância dos caminhos romanos colocados a mil passos entre si.

[44] ADRIÃO, José - Relatório de Caracterização e Fundamentação do Plano de Pormenor do Casal do Pinto. Lisboa 2018, p.15.

[45] Idem, p. 12.

[46] MATOS, José Sarmento de; PAULO, Jorge Ferreira. Caminhos do Oriente: Guia Histórico I. Lisboa: Livros Horizonte. Lisboa, 1999, p.25.

[47] Idem.

Fig. 25 - Convento de Chelas, Lisboa, séc. XIX. Archivo Pittoresco, vol. XIV, 1864.

2.2 O vale antes da Linha de Caminho-de-Ferro

1835

No mapa topográfico das linhas de defesa da cidade, 1835 (Fig. 26), é possível constatar que essa área era predominantemente rural, com pequenos centros formados por conventos e residências da nobreza[48]. As demais áreas compreendiam terrenos agrícolas divididos por azinhagas (Fig. 26). Observa-se também que o vale era navegável nesta época, o que explica a fertilidade dos solos para a prática da agricultura[49]. Os jardins estavam restritos a áreas privadas.

[48] ADRIÃO, José - Relatório de Caracterização e Fundamentação do Plano de Pormenor do Casal do Pinto. Lisboa 2018, p.12. Disponível em: https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/planos-de-pormenor/detalhe/casal-do-pinto.

[49] SILVA, Margarida Reis e - Para Onde a Indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835. Lisboa: Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa, 2ª Série. 2019. Disponível em: https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/cam_12.

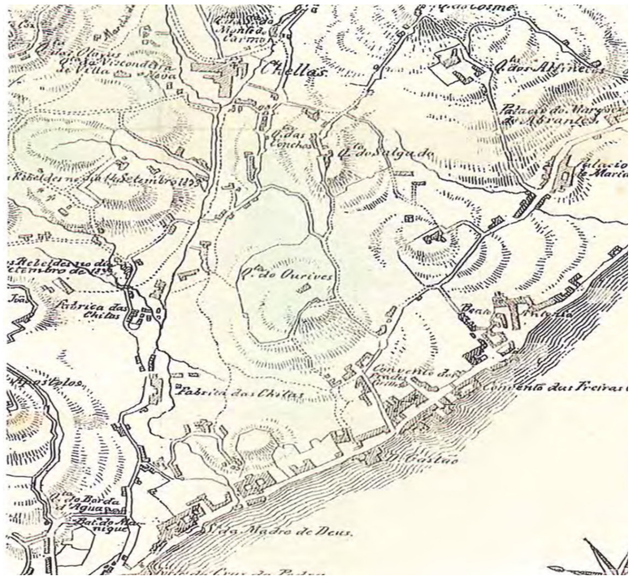


Fig. 26 - Topografia da Linha de defesa de Lisboa , levantada sob a direção do Coronoel Engenheiro J.D da Serra em 1835.

LEGENDA

E1. Núcleo Museológico das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
E2. Panteão
E3. Palácio do Marqueses do Lavradio
E4. Fábrica da Companhia Lisbonense tabacos
E5.
E6. Covento dos Frades Barbadinhos Italianos
E7. Convento de Santos-o-Novo
E8. Convento Madre Deus
E9. Convento de São Francisco de Xabregas
E10. Convento das Freiras Grilas
E11. Fábrica de Chitas
E12. Convento de Chelas
E13. Fábrica de Sabão

Áreas verdes indefinidas
Quintas
Hortas
Vinhedos
Edificios pré existentes
Bairros
Linha de Ferro
Azinhagas

Fig. 27 - Elaboração Gráfica de Lisboa representando as azinhas existentes no início do século XIX - Com base da cartografia de Topografia da Linha de Defesa de Lisboa. Fonte: Dianira Mauricio, Paula Zinn, Numael Ghebreiesus.

Escala: 1| 8000

1856

Na cartografia que Felipe Folque[50] coordenou no ano de 1856-1858 (Fig. 28), ainda não se verificam muitas mudanças no Vale de Chelas e na região da Picheleira, em comparação com a cartografia anterior.

Podemos observar que o desenvolvimento maior ocorreu ao longo das margens do rio Tejo (Fig. 29). Todavia, entre os Conventos do Beato e Santa Apolônia a paisagem ainda permanecia agrícola[51]. Nesta época, ainda não havia aterros, e as margens do rio tem a configuração de pequenas praias[52].

Este mapa é de grande relevância pois representa a inserção da linha de caminho de ferro para o Norte, e a primeira estação de comboio no Cais das Carvoeiras[53]. Relativamente ao Casal do Pinto e à Picheleira, não houve grandes mudanças construtivas.

[50] Diretor dos Trabalhos Geodésico do Reino.

[51] SILVA, Margarida Reis e - Para Onde a Indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835. Lisboa. Edição: Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa. 2019, 2ª Série, 2019. Disponível: https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/cam_12.

[52] Ainda na primeira metade do século XIX, não havia aterros nas margens do rio Tejo. SILVA, Margarida Reis E. Para Onde a Indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835. Edição: Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa. 2019, 2ª Série, 12 de julho-dezembro 2019. Disponível em: https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/cam_12.

[53] ALVES, Rui Manuel Vaz. Arquitetura, Cidade e Caminho-de-ferro: As transformações urbanas planeadas sob a influência do Caminho de Ferro. Coimbra. Universidade de Coimbra. 2015. Tese de Doutorado em Arquitetura.

Fig. 28 - Levantamento de Lisboa – 1856 - 59 - FOLQUE, Filipe - [Material Cartográfco]. – Escala 1:5000. [S.l.: s.n.; 1859]. – 65 Plantas ms.: color. Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

LEGENDA

1. Quinta das Marcolinas
2. Quinta dos Santos
3. Quinta dos Peixes
4. Quinta do konesa
5. Quinta das Casas Novas .
6. Quinta dos Apostolos
7. Quinta das Galinhas
8. Quinta da Laboeria
9. Quinta do seu Antonio de Cima
10. Quinta do João de Baixo
11. Quinta do Lavrado
12. Quinta da Pichelera
13. Quinta Nova
14. Quinta Dona Santa Catharina
15. Quinta do Grilo
16. Quinta do Ferradeiro
17. Quinta da Conceição
18. Quinta da Conceição de Cima
19. Quinta dos Ladrões
20. Quinta do Machado
21. Quinta das Conchinhas
22. Quinta das Conchas
23. Quinta do Salgado

Edifícios:

E1. Mosteiro de São Vicente de Fora
E2. Panteão
E3. Palácio do Marqueses do Lavradio
E4. Núcleo Museológico das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
E5.Convento do Desagravo
E6. Fundição e Fábrica do Arsenal do Exército
E7. Fábrica da Companhia Lisbonense tabacos
E8. Covento dos Frades Barbadinhos Italianos
E9. Convento do Santos-o-Novo
E10. Convento Madre Deus
E11. Convento de São Francisco de Xabregas.
E12. Fábrica da Samaritana
E13. Convento das Freiras Grilas
E14. Tinturaria Portugália
E15. Convento de Chelas
E16. Estação de passageiros Cais das Carvoeira

Áreas verdes indefinidas
Quintas
Hortas
Vinhedos
Edifícios pré existentes
Bairros
Linha de Ferro
Azinhagas

Fig. 29 - Elaboração Gráfica de Lisboa no vale de Chelas, demostrando quintas e hortas - Com base da cartografia de Felipe Folque – 1856 – 59.
Fonte: Dianira Maurício, Numael Ghebreiesus, Paula Zinn.

1875

No mapa de João Carlos Bom Souza, de 1875 (Fig. 30) não se observam grandes alterações na região Oriental do Vale de Chelas e Picheleira, em comparação com último mapa de Felipe Folque.

Quase vinte anos depois, as mudanças mais relevantes foram a implantação da estação de passageiros em Santa Apolónia, que também servia para cargas e descargas de mercadorias que chegavam por comboio ou barco, e a construção de aterros para o avanço da linha caminho-de-ferro, a qual contou com a construção de edifícios administrativos de apoio. A indústria começa a ter seus primeiros movimentos nesta época[54], como se verifica neste mapa na figura 31.

[54] ALVES, Rui Manuel Vaz. Arquitetura, Cidade e Caminho-de-ferro: As transformações urbanas planeadas sob a influência do Caminho de Ferro. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2015. Tese de Doutorado em Arquitetura.

Fig. 30 - Planta da cidade de Lisboa, relevo - João Carlos Bon Souza. Escala 1:5000, litografia 33,60x72,80 cm, em folha de 38,70x76,30 cm. 1875. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal – BNP.

LEGENDA

1. Quinta das Marcolinas
2. Quinta dos Santos
3. Quinta dos Peixes
4. Quinta do Konesa
5. Quinta das Casas Novas .
6. Quinta dos Apostolos
7. Quinta das Galinhas
8. Quinta da Laboeria
9. Quinta do seu Antonio de Cima
10. Quinta do João de Baixo
7. Quinta das Galinhas
8. Quinta da Laboeria
9. Quinta do seu Antonio de Cima
10. Quinta do João de Baixo
11. Quinta do Lavrado
12. Quinta da Pichelera
13. Quinta Nova
14. Quinta Dona Santa Catharina
15. Quinta do Grilo
16. Quinta do Ferradeiro
17. Quinta da Conceição
18. Quinta da Conceição de Cima
19. Quinta dos Ladrões
20. Quinta do Machado
21. Quinta das Conchinhas
22. Quinta das Conchas
23. Quinta do Salgado

E1. Mosteiro de São Vicente de Fora
E2. Panteão
E3. Palácio do Marqueses do Lavradio
E4. Núcleo Museológico das Oficinas
Gerais de Fardamento e Equipamento
E5.Convento do Desagravo
E6. Fundição e Fábrica do Arsenal do
Exército
E7. Fábrica da Companhia Lisbonense
tabacos
E8. Covento dos Frades Barbadinhos Italianos
E9. Convento de Santos-o-Novo
E10. Convento Madre Deus
E11. Convento de São Francisco de Xabregas
E12. Fábrica da Samaritana
E13. Convento das Freiras Grilas
E14. Tinturaria Portugália
E15. Convento de Chelas
E16. Estação Santa Apóloni

Áreas verdes indefinidas
Quintas
Hortas
Vinhedos
Edificios pré existentes
Bairros
Linha de Ferro
Azinhagas

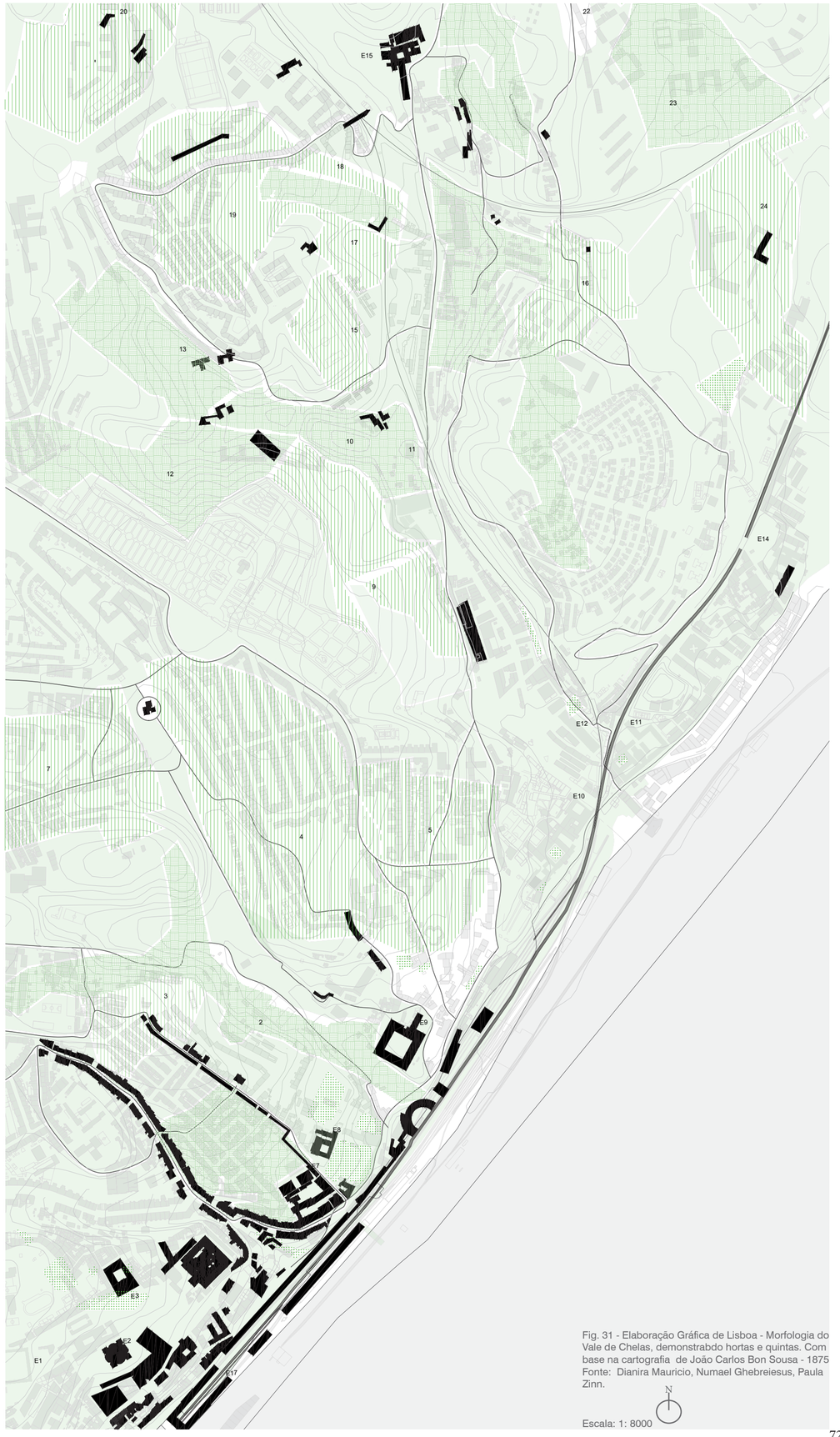


Fig. 31 - Elaboração Gráfica de Lisboa - Morfologia do Vale de Chelas, demonstrabdo hortas e quintas. Com base na cartografia de João Carlos Bon Sousa - 1875 Fonte: Dianira Mauricio, Numael Ghebreiesus, Paula Zinn.

N

Escala: 1: 8000

2.3 O vale após a Linha de Caminho de Ferro

1911

Na cartografia do engenheiro Júlio Vieira da Silva Pinto[55], de 1911 (Fig. 32), é possível identificar um maior desenvolvimento na zona Oriental do Vale de Chelas e Picheleira. Essa mudança decorre do desenvolvimento industrial e do aumento populacional na região em razão do aumento da necessidade de mão de obra.

A zona ribeirinha foi um ponto chave de uma grande mudança devido à implantação de indústrias. A paisagem modifica-se e a maioria dos edifícios é substituída por indústrias e armazéns[56]. A linha de caminho-de-ferro é integrada com a concordância de Xabregas, que completa a Linha de Cintura de Lisboa, e faz ligação entre Santa Apolónia e a estação de Chelas, conectando também a região de Marvila (Fig. 33).

Assim, a área de Chelas e do Beato ficam integradas
a cidade, mas mantendo ainda algumas características rurais. A calçada da Picheleira é uma via relevante na zona, estabelecendo a ligação da zona alta da cidade com a estrada Chelas.
No início do seculo XX, a deslocação dos operários e suas famílias para aquela área impulsiona a criação de projetos para suprir a falta de residências, de modo que surgem novos e maiores bairros operários[57].

Na Figura 33, verifica-se que o atual Bairro da Picheleira era ocupado por quintas e casas, com atividade predominantemente rural, abrangendo a Quinta da Conceição de Cima, a Quinta dos Embrechados, o Casal dos Ladrões, e o Casal do Pinto. As Quintas da Conceição de Cima e da Conceição de Baixo estavam inseridas na área de vale, e integravam um sistema de cisternas e tanques para distribuição de água para regar as parcelas agrícolas. A zona central do vale correspondia à parte mais fértil e estava ocupada, por hortas. Nas encostas do terreno estavam os olivais e pomares[58]. No vale, não houve a construção de jardins ou parques.

[56] SILVA, Margarida Reis E. Para Onde a Indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835. Edição: Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa. 2019, 2ª Série, 12 de julho-dezembro 2019, p. 117 – 149. Disponível: https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/cam_12.

[57] SILVA, Margarida Reis E. Para Onde a Indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835. Edição: Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa. 2019, 2ª Série, 12 de julho-dezembro 2019, p. 117 – 149. Disponível: https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/cam_12.

[58] ADRIÃO, José. Relatório de Caracterização e Fundamentação do Plano de Pormenor do Casal do Pinto. Lisboa 2018, p.12. Disponível em: https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/planos-de-pormenor/detalhe/casal-do-pinto.

Fig. 32 –Cartografia de Silva Pinto de 1911, zona do Vale de Chelas.
PINTO, [Julio António Vieira da] Silva – Levantamento Topográfco de Lisboa em 1904 - 1911 / [Material Cartográfco]. – Escala 1:1000. [Lisboa: Câmara Municipal, 1904 - 1911]. – 249 Plantas ms.: color.; 96 x 63 cm. Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

LEGENDA

1. Quinta das Marcolinas
2. Quinta dos Santos
3. Quinta dos Peixes
4. Quinta do Konesa
5. Quinta das Casas Novas .
6. Quinta dos Apostolos
7. Quinta das Galinhas
8. Quinta da Laboeria
9. Quinta do seu Antonio de Cima
10. Quinta do João de Baixo
11. Quinta do Lavrado
12. Quinta da Pichelera
13. Quinta Nova
14. Quinta Dona Santa Catharina
15. Quinta do Grilo
16. Quinta do Ferradeiro
17. Quinta da Conceição
18. Quinta da Conceição de Cima
19. Quinta dos Ladrões
20. Quinta do Machado
21. Quinta das Conchinhas
22. Quinta das Conchas
23. Quinta do Salgado

E1. Mosteiro de São Vicente de Fora
E2. Panteão
E3. Palácio do Marqueses do Lavradio
E4. Núcleo Museológico das Oficinas
Gerais de Fardamento e Equipamento
E5.Convento do Desagravo
E6. Fundição e Fábrica do Arsenal do
Exército
E7. Fábrica da Companhia Lisbonense
tabacos
E8. Covento dos Frades Barbadinhos Italianos
E9. Convento de Santos-o-Novo
E10. Convento Madre Deus
E11. Convento de São Francisco de Xabregas
E12. Fábrica da Samaritana
E13. Convento das Freiras Grilas
E14. Tinturaria Portugália
E15. Convento de Chelas
E16. Estação Santa Apólonia

Áreas verdes indefinidas
Quintas
Hortas
Vinhedos
Edificios pré existentes
Bairros
Linha de Ferro
Azinhagas

Fig. 33 - Elaboração Gráfica de Lisboa - Morfologia do Vale de Chelas, demostrando as hortas e quintas. Com base na cartografia de Eng. Silva Pinto - 1904 – 1911.
Fonte: Dianira Mauricio, Numael Ghebreiesus, Paula Zinn.

Escala: 1: 8000

1958

A carta militar do Instituto Geográfico do Exercito foi a base para um estudo na área Oriental da cidade entre 1954 e 1958 (Fig. 34).Com a industrialização, nota-se uma mudança significativa na malha urbana (Fig. 35), tendo sido construído armazéns e fábricas nas zonas agrícolas. A Quinta da Conceição de Cima ainda mantém algumas características da sua estrutura original. No Casal dos Ladrões está localização um campo de desporto, e os sistemas de águas mantem. Com o crescimento urbano, a transformação da Picheleira, foi intensa começando por se caracterizar por ocupação desordenada, de génese ilegal, tendo sido posteriormente construídos no local bairros habitacionais para abrigar as pessoas que viviam nas barracas no Casal do Pinto, que foram demolidas na última década do século passado. As poucas quintas que existiam e ainda exerciam a atividade agrícola foram desaparecendo[59].

A análise morfológica do vale mostra que não foi realizado nenhum projeto de espaço público verde, especialmente no Casal do Pinto, que estabelecesse a articulação do vazio urbano e a estrutura viária da envolvente, gerando continuidade na malha urbana e melhorando a qualidade de vida da área.

59. Ver sobre: ADRIÃO, José - Relatório de Caracterização e fundamentação do Plano de Pormenor do Casal Do Pinto. Lisboa. 2018.

Fig. 34 - Cartografia de Lisboa, meados do Séc. XX. Disponível online. URL: https://websig.cm-lisboa.pt/ CML — Cartografia Histórica 1950. [Material Cartográfico]. Lisboa: Câmara Municipal, 1950.

LEGENDA

1. Quinta das Marcolinas
2. Quinta dos Santos
3. Quinta dos Peixes
4. Quinta do Konesa
5. Quinta das Casas Novas .
6. Quinta dos Apostolos
7. Quinta das Galinhas
8. Quinta da Laboeria
9. Quinta do seu Antonio de Cima
10. Quinta do João de Baixo
7. Quinta das Galinhas
8. Quinta da Laboeria
9. Quinta do seu Antonio de Cima
10. Quinta do João de Baixo
11. Quinta do Lavrado
12. Quinta da Pichelera
13. Quinta Nova
14. Quinta Dona Santa Catharina
15. Quinta do Grilo
16. Quinta do Ferradeiro
17. Quinta da Conceição
18. Quinta da Conceição de Cima
19. Quinta dos Ladrões
20. Quinta do Machado
21. Quinta das Conchinhas
22. Quinta das Conchas
23. Quinta do Salgado

E1. Mosteiro de São Vicente de Fora
E2. Panteão
E3. Palácio do Marqueses do Lavradio
E4. Núcleo Museológico das Oficinas
Gerais de Fardamento e Equipamento
E5.Convento do Desagravo
E6. Fundição e Fábrica do Arsenal do
Exército
E7. Fábrica da Companhia Lisbonense
tabacos
E8. Covento dos Frades Barbadinhos Italianos
E9. Convento de Santos-o-Novo
E10. Convento Madre Deus
E11. Convento de São Francisco de Xabregas
E12. Fábrica da Samaritana
E13. Convento das Freiras Grilas
E14. Tinturaria Portugália
E15. Convento de Chelas
E16. Estação Santa Apólonia

B1. Picheleira
B2. Penha de França
B3. Madre de Deus
B4. Vila Candida

Áreas verdes indefinidas
Quintas
Hortas
Vinhedos
Edifícios pré existentes
Bairros
Linha de Ferro
Azinhagas

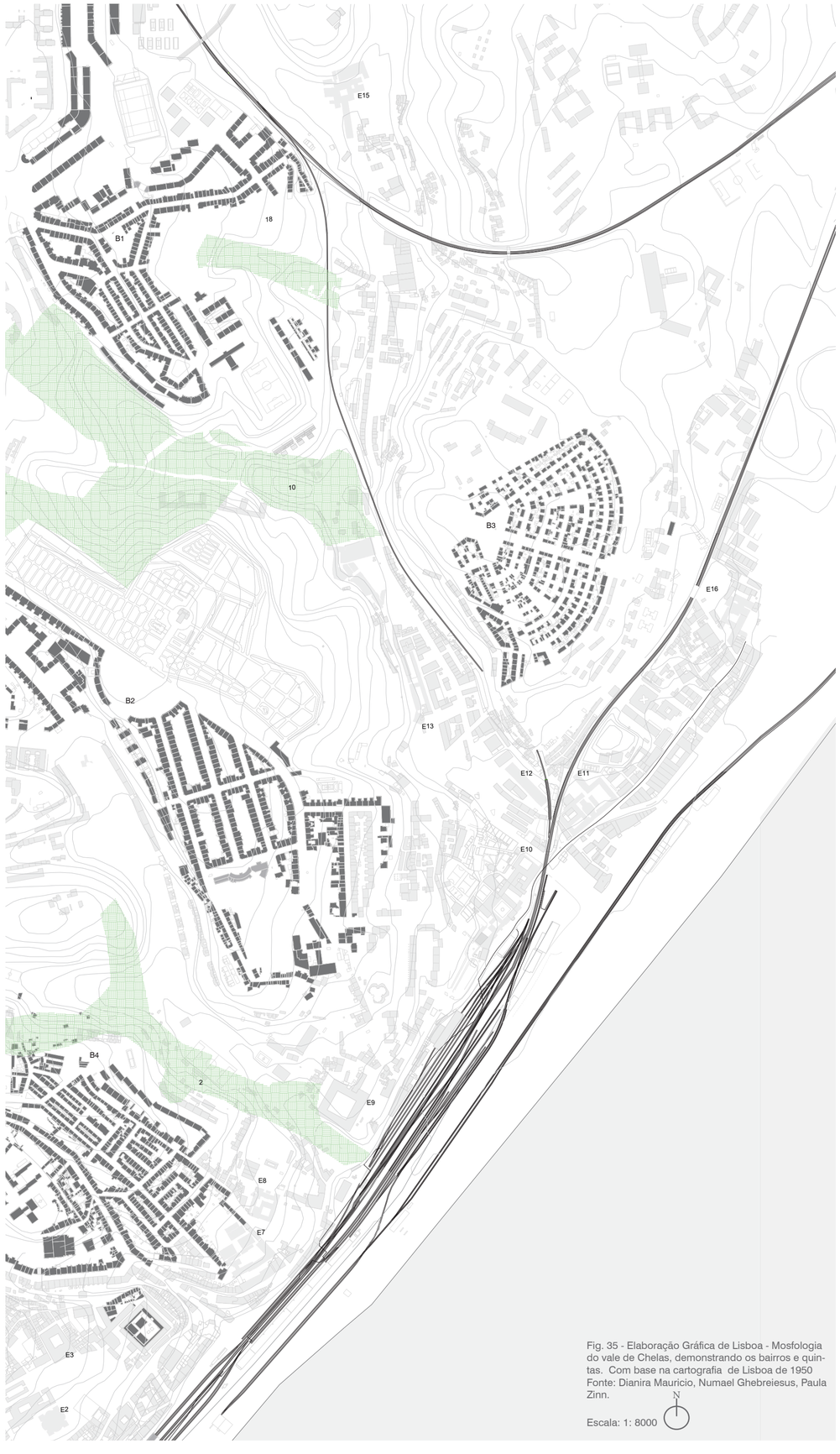


Fig. 35 - Elaboração Gráfica de Lisboa - Mosfologia do vale de Chelas, demonstrando os bairros e quintas. Com base na cartografia de Lisboa de 1950 Fonte: Dianira Mauricio, Numael Ghebreiesus, Paula Zinn.

Escala: 1: 8000

2.4 Casal do Pinto como oportunidade

A zona do Casal do Pinto (Fig. 36) deve a sua designação ao nome do seu antigo dono, Hermenegildo da Silva Pinto, que cedeu gratuitamente a sua propriedade para o alargamento da Azinhaga da Picheleira no troço abaixo da Azinhaga do Teixeira, em 1904, sendo delimitado a norte pela Calçada da Picheleira, a nascente pela Linha Férrea, a sul pela Rua Frederico Perry Vidal e Rua Carlos Botelho, a poente pela Rua Capitão Roby, e faz fronteira com as Quintas da Conceição de Cima, Quinta da Conceição de Baixo e Casal dos Ladrões[60].

O Casal do Pinto pertence ao bairro da Picheleira, freguesia do Beato, zona Oriental da cidade de Lisboa. Este bairro foi construído entre os anos 1940 e 1960. Todavia, o local não sofreu grandes transformações além da retirada das barracas (moradias degradadas com péssimas condições de higiene – também conhecidos como bairros de lata) na última década do século XX. As barracas abrigavam pessoas vindas de outras partes do país para trabalhar (Fig. 37) que posteriormente foram realojadas em bairros de habitação social, construídos pela Câmara Municipal de Lisboa[61].

[60] ADRIÃO, José - Relatório de Caracterização e Fundamentação do Plano de Pormenor do Casal do Pinto. Lisboa 2018, p. 17-22. Disponível em: https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/planos-de-pormenor/detalhe/casal-do-pinto.

[61] O bairro de lata inserido no Casal do Pinto abrigava cerca de mil pessoas em aproximadamente 250 barracas. Os moradores tinham entre 30 e 40 anos, vindos de diferentes partes do país em busca de melhores condições de vida. Em 1988, a Câmara Municipal de Lisboa, assinou um plano para a construção de mil habitações, como forma de resolver essa situação, removendo as pessoas das barracas. Reportagem: Bairro degradado; Casal do Pinto á Picheleira, os problemas dos seus moradores. Disponivel em: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/bairro-degradado/.

Fig. 36 – Fotografia Aérea do Casal do Pinto, e quintas próximas. Meados de 1950. PINTO, Casal do. Blog Bic Laranja.

Fig. 37 - Bairro de Lata em Lisboa – Autor- Fernando Mariano Cardeira, 1960.

Para requalificar a área, a Câmara Municipal de Lisboa elaborou planos de espaço público para o Casal do Pinto, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da envolvente. Em 1956, é realizado um estudo para um projeto de arruamentos para o local (Fig. 38), na tentativa de organizar os bairros de habitação social. O projeto consistia num aterro com um campo de futebol, uma área comercial que fechasse os quarteirões e uma via que ligasse o lado norte e o lado sul[62].

Posteriormente, em 1962, é elaborado um novo projeto (Fig. 39), que retomava as ideias iniciais do projeto anterior. A comparação destes projetos permite observar que ambos propõem a criação de um grande parque urbano e novos edifícios de habitação de altura não muito elevada[63]. Todavia, esses projetos não são iniciados, e o Casal Pinto mantém-se sem qualquer transformação significativa, permanecendo em estado de vazio urbano.

Após cinquenta anos, a tentativa de reorganizar a área é retomada em 2012 com o concurso público para elaboração de um projeto para o Plano de Pormenor do Casal do Pinto. O projeto vencedor foi aprovado pela Camara Municipal de Lisboa em 2018, e “tem como objetivo primordial a requalificação urbana, através da colmatação do tecido urbano integrante da sua área de intervenção e pela introdução de espaços públicos qualificados que sejam ponto de congregação entre os diferentes bairros/ núcleos envolventes, atribuindo-lhe um forte sentido de identidade.” (JAA-Arquitetos)[64].

A área do Casal do Pinto, apesar de ter sido palco de movimentos de desenvolvimento industrial e consequentes migrações de mão de obra, é um vazio urbano, muito embora possua grande potencial de integração com o sistema de corredor verde do vale e de aproximação da zona do rio Tejo à zona da Alameda, ou do planalto.

É de extrema relevância a análise dos meios mais adequados para a requalificação desta área de acordo com a realidade da cidade de Lisboa e, mais precisamente, com a infraestrutura e população que ali se encontra.

62. Ver pesquisa sobre os projeto do pormenor do Casal Do Pinto no Arquivo Municipal de Lisboa: https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/

63. Disponível para pesquisa sobre os projeto do pormenor do Casal Do Pinto no Arquivo Municipm m al de Lisboa. URL: https://arquivo-municipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/

64. Ver: Plano de Pormenor do Casal Do Pinto. Lisboa. 2018- Disponível: em: https://joseadriao.com/portfolio/casal-do-pinto.

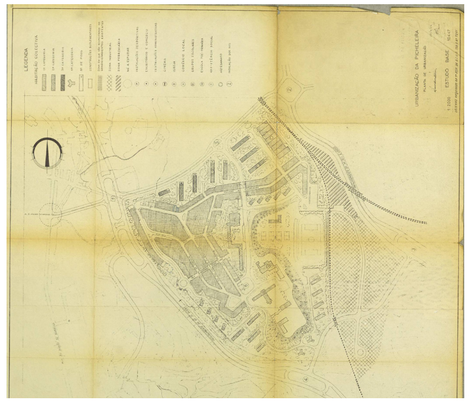


Fig. 38 - Desenho da Urbanização da Picheleira, Planta de urbanização, 1944 - 1965 – Arquivo Municipal de Lisboa - A.M.L

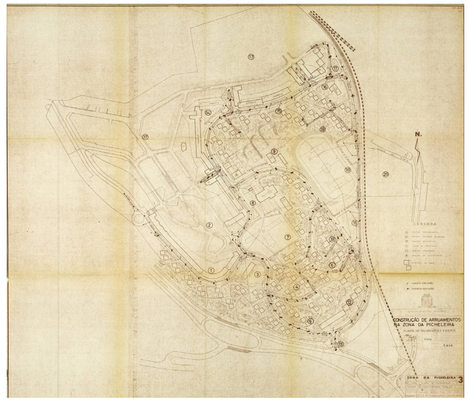


Fig. 39 - Desenho da Urbanização da Picheleira, Planta de urbanização, 1944 - 1965 – Arquivo Municipal de Lisboa - A.M.L.

CAPÍTULO III

Continuidades através do espaço público

Fig. 40 - Ortofotomapa de Lisboa, XX
Corredor verde vale de Chelas.

Escala 1:14 000

3.1 Um novo espaço público verde na cidade de Lisboa.

Os vazios urbanos se caracterizam por serem áreas que não possuem funções ou relações sociais, tendo um impacto negativo nas cidades. Em Lisboa não foi diferente, as infraestruturas, em especial a linha de caminho de ferro, trouxeram consigo os não-lugares, ou seja, lugares isentos de uso, criados normalmente em áreas de crescimento não planejado, ou limítrofes[65].

Ao longo da linha de caminho de ferro, na cidade de Lisboa, é possível observar esse fenómeno e o eixo que se estabelece entre os espaços urbanos fortemente utilizados em contraposição com os subutilizados. Esse espaço isento de uso, torna-se um objeto de estudo e uma possível oportunidade de desenvolvimento de projeto para estabelecer a continuidade na malha urbana com a revitalização da zona da Picheleira e sua integração na estrutura verde da cidade. Fig. (41 - 58).

Sendo assim, este trabalho parte da possibilidade de Casal do Pinto – vazio urbano – ser trabalhado como oportunidade de projeto para a requalificação da zona da Picheleira (Fig. 59) possuindo um potencial distinto, por estar inserido na malha urbana em uma zona de vale, na proximidade de eixos estruturantes da cidade, como a Linha de Cintura de Lisboa, e de áreas centrais como a Alameda Dom Afonso Henriques e o Planalto.

[65] AUGÉ, Marc, Non-Places. Introduction to an Anthropoligy of supermodernity. Editora: New York and London: Verso Books.1995, p. 75-115. ISBN: 1 85984 051 5.

Fig. 41 - Terreno vazio proximo a linha de caminho de ferro.

Fig. 42 - Terreno vazio proximo a linha de caminho de ferro.

Fig. 43 - Terreno vazio proximo a linha de caminho de ferro.

Fig. 44 - Terreno vazio proximo a linha de caminho de ferro.

Fig. 45 - Antiga estação de Chelas

Fig. 46 Apeadeiro de Chelas

Fig. 47 - Apeadeiro de Chelas

Fig. 48 - Apeadeiro de Chelas. Linha de Xabregas

Fig. 49 - Linha de Xabregas

Fig. 50 - Passagem sob a Linha de Xabregas

Fig. 51- Calçada da Picheleira

Fig. 52 - Encontro entre a Caçada da Pichelira e Rua Frei Fortunato.

Fig. 53 - Casal do Pinto

Fig. 54 - Vista do Casal do Pinto

Fig. 55 - Visto do Casal do Pinto com a ponto Vasco da Gama ao fundo.

Fig. 56 - Casal do Pinto

Fig. 57 - Casal do Pinto

Fig. 58 - Pequeno vale no Casal do Pinto

O Casal do Pinto localiza-se numa encosta virada a sul e possui vista para o Rio Tejo, sendo rodeado por grandes infraestruturas, tais como o metro de Olaias, o troço de Xabregas, a antiga estação de Chelas e a rede de autocarros. Possui instalações de equipamentos desportivos, escolares e comerciais na sua envolvente, tendo aproximadamente 2185 habitantes[66], gerando grande fluxo urbano nesta área . (Fig. 58-62).

O facto deste terreno, de quase 10 hectares, não possuir limites urbanos claros, desvaloriza as áreas edificadas na sua envolvente e impede o fluxo entre cotas através do vale. A proposta para a requalificação desse terreno é feita através de um novo espaço público verde, um parque, que pretende corrigir esses aspetos.

66 Disponível em: https://geoc2021.ine.pt/

Fig. 59 - Ortofotomapa Localização da area de estudo. Sobreporto a Cartografia de Lisboa.

Escala: 1: 14 000

Sendo assim, a proposta consiste numa operação de requalificação da área e de articulação entre o lado oriental da cidade e a zona central de Lisboa, por meio da inserção de um novo espaço público verde que se relaciona com a infraestrutura ferroviária existente. Para tanto, propõe-se uma plataforma que limita o vale paralelamente ao corredor verde que segue o Vale de Chelas, e inclui a área do Casal do Pinto, na tentativa de resolver dois problemas: o primeiro é a reorganização dos arruamentos inacabados, numa área que se caracteriza como logradouro, tornando as ruas contínuas; e o segundo momento, mais desafiador, procura vencer os desníveis do terreno, através de uma construção arquitetónica, articulando as cotas mais altas com as mais baixas, facilitando a transição entre estes espaços. Para os programas associados do edifício projetado, foi feita uma análise dos estabelecimentos comerciais que se integram no bairro (Figs. 64-68), e que poderiam ser associados ao novo edifício, tais como mercados e restaurantes.

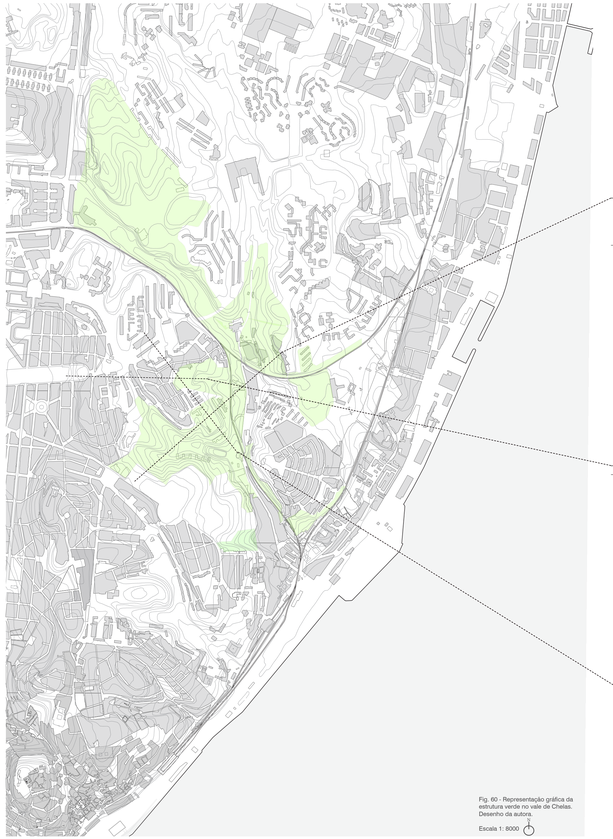


Fig. 60 - Representação gráfica da estrutura verde no vale de Chelas. Desenho da autora.

Escala 1: 8000

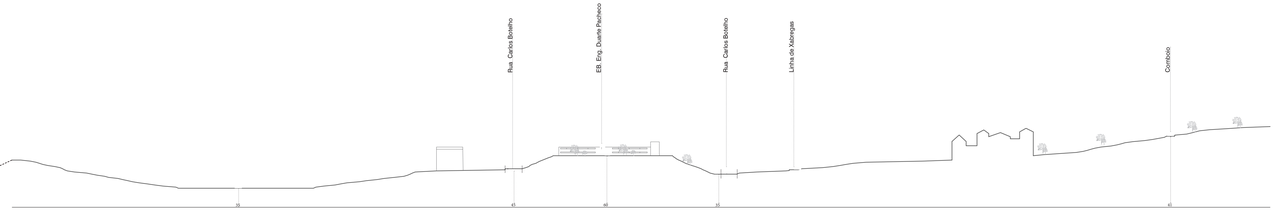


Fig. 61 - Corte longitudinal. Desenho da autora.

Escala 1:2000

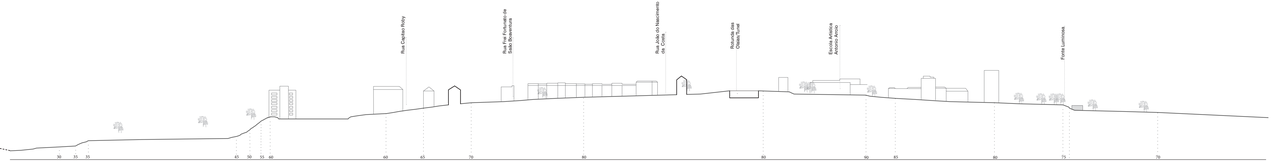


Fig. 62 - Corte longitudinal. Desenho da autora.

Escala 1:2000

Fig. 63 - Corte longitudinal. Desenho da autora.

Escala 1: 2000

Fig. 64 - Estabelecimento de Educação.

Escala 1: 8000

Fig. 65 - Café e restaurantes

Escala 1: 8000

Fig. 66 - Estabelecimento Cultural

Escala 1: 8000

Fig. 67 - Mercados

Escala 1: 8 000

Fig. 68 - Outros estabelecimento comerciais

Escala 1: 8 000

Esse conjunto de espaços públicos que têm uma relação imediata com o bairro da Picheleira, desenha o sistema de limite do bairro, definindo um conjunto de espaços com uma escala muito significativa, associados a programas já existentes no bairro e interligados com a linha de caminho-de-ferro, que é o ponto onde se conecta com a zona ribeira e o planalto. O edifício, uma grande galeria, possui uma área comercial contínua, e abriga programas de uso públicos, como mercado, comércio e lazer que se articulam com uma envolvente verde, composta por um espaço de desporto livre, contemplação e horta urbana, respeitando as características do solo, e as condições de vale que do terreno, constituindo mais uma área verde inserida no sistema de corredor verde do Vale de Chelas.

A estrutura do edifico será leve, composta por pilares e vigas de madeira, um muro de contenção e lajes de betão, cobertura em zinco. Será composto por três níveis, o primeiro à cota mais alta que tem conexão direta com a Picheleira, e dá acesso ao nível de entrada ao edifício, direto ao segundo nivel, o patamar intermediário na cota cinquenta e cinco, interno, e ao nível mais baixo que tem saída direta para o vale e para a área verde envolvente, na cota cinquenta. Na tentativa de recuperar as origens do terreno e aproveitar as condições do solo, surge a proposta de uma horta urbana central, no local onde se localizava a horta da Conceição de Cima.

A proposta tem como objetivo principal melhorar a qualidade de vida da Picheleira, através de uma requalificação articulada com os núcleos e infraestruturas envolventes que seja um ponto de união de diferentes polos, com o suporte de elementos arquitetónicos, atividades de lazer e horticultura, tornando-se mais um espaço verde – parque - de qualidade na cidade de Lisboa.

Fig. 69 - Ortofotomapa de Lisboa, estrategia de projeto. Desenho da autora

Escala 1: 8000

Fig. 70 - Representação gráfica da estratégia global. Desenho da autora.

Escala 1:2000

LEGENDA

01. Edifício proposto.
02. Hortas
03. Área de lazer
04. Quadra polidesportiva
05. Passagem sob a linha de ferro
06. Jardim
07. Via compartilhada
08. Praça
09. Clube do Técnico
10. Clube de Lisboa

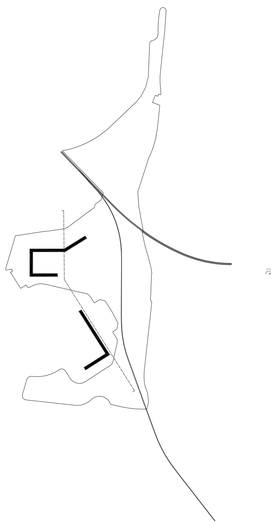


Fig. 71 - Representação gráfica de linha de corte. Desenho da autora.

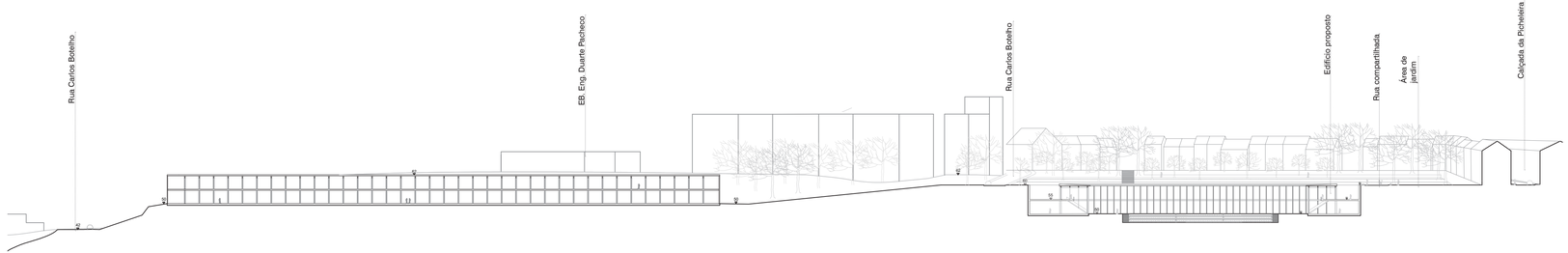


Fig. 72 - Representação gráfica em corte da proposta. Desenho da autora

Escala 1:1000

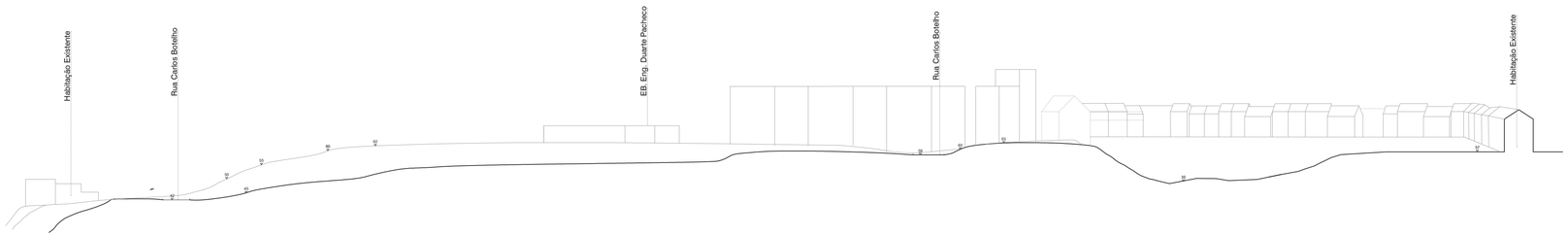


Fig. 73 - Representação gráfica em Corte do terreno.

Escala 1:1000

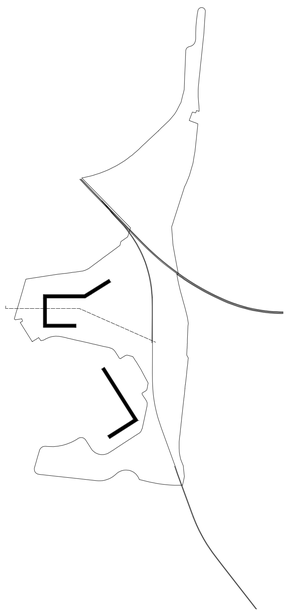


Fig. 74 - Representação gráfica de linha de corte. Desenho da autora.

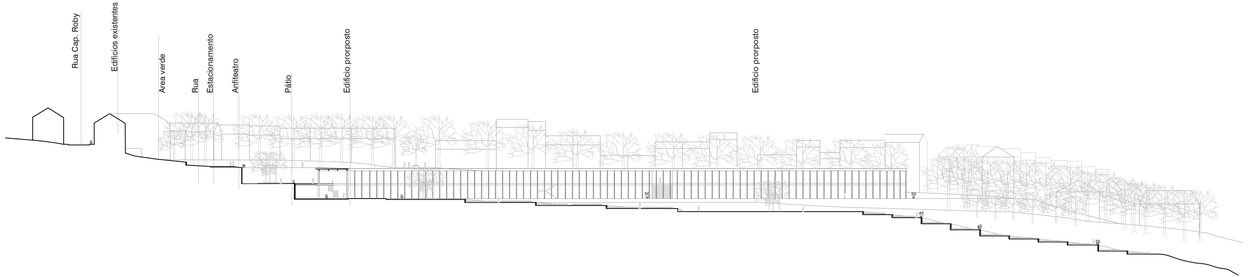


Fig. 75 - Representação gráfica em corte da proposta.

Escala 1:1000

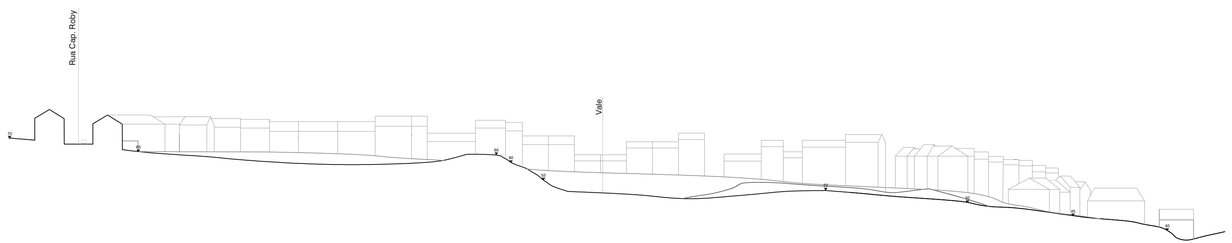


Fig. 76 - Representação Grafica em corte do terreno.

Escala 1:1000

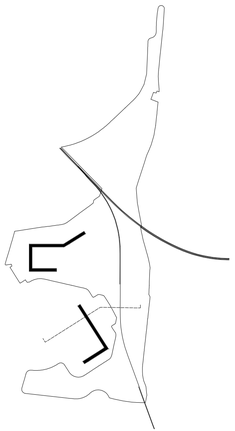


Fig. 77 - Representação gráfica de linha de corte. Desenho da autora.

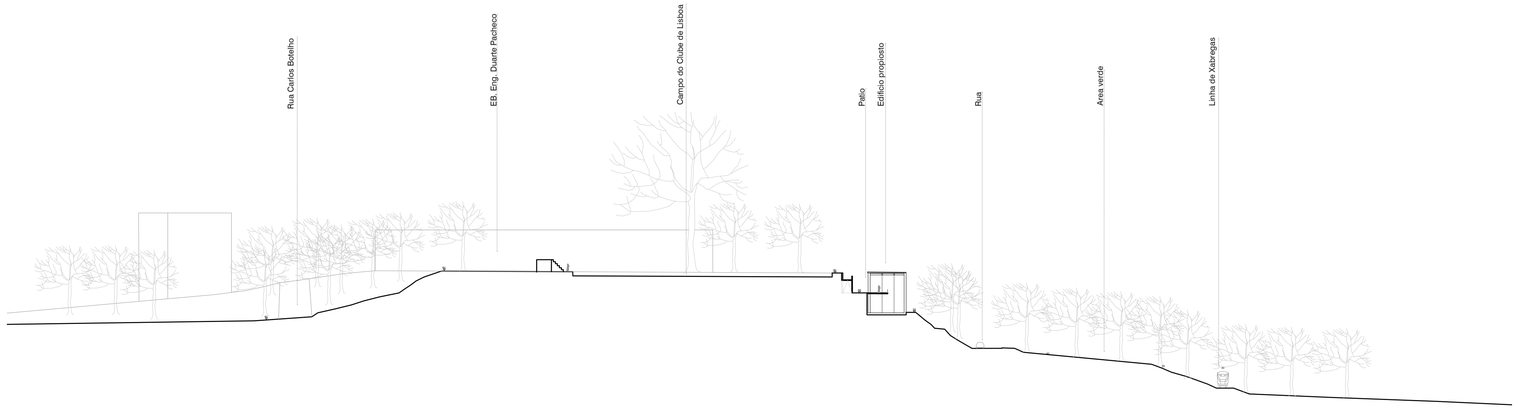


Fig. 78 - Representação gráfica em corte da porposta.

Escala 1:1000

Fig. 79 - Representação gráfica em corte do terreno.

Escala 1:1000

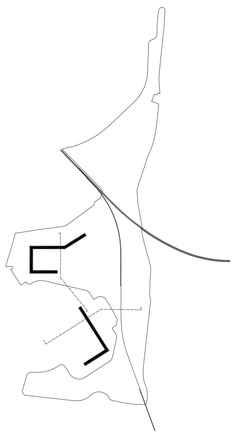


Fig.80 - Representação gráfica de linha de corte. Desenho da autora

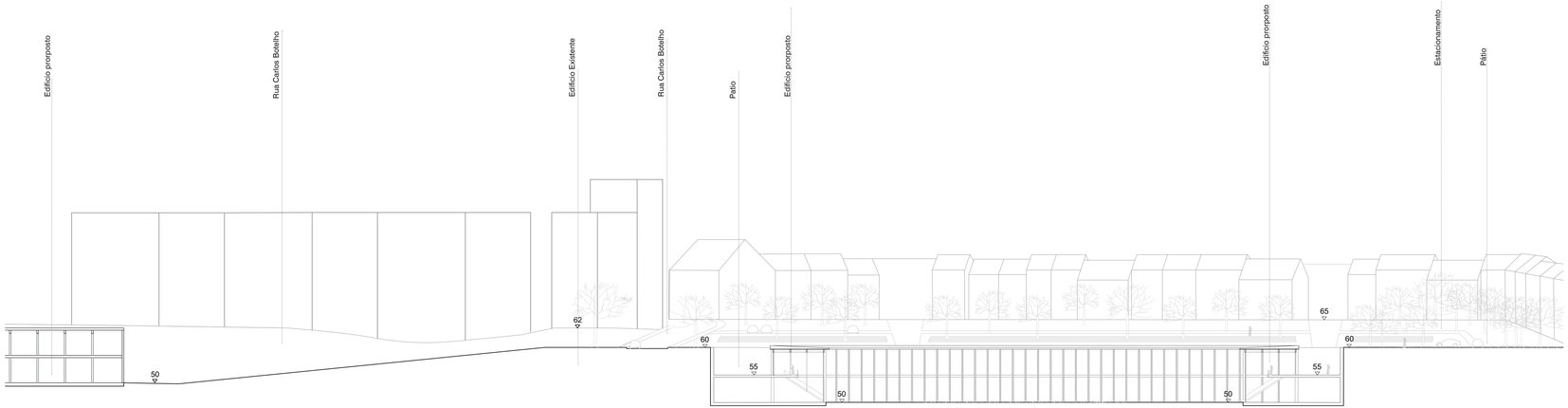


Fig. 81 - Representação gráfica em corte da proposta. Desenho da autora.

Escala 1: 500

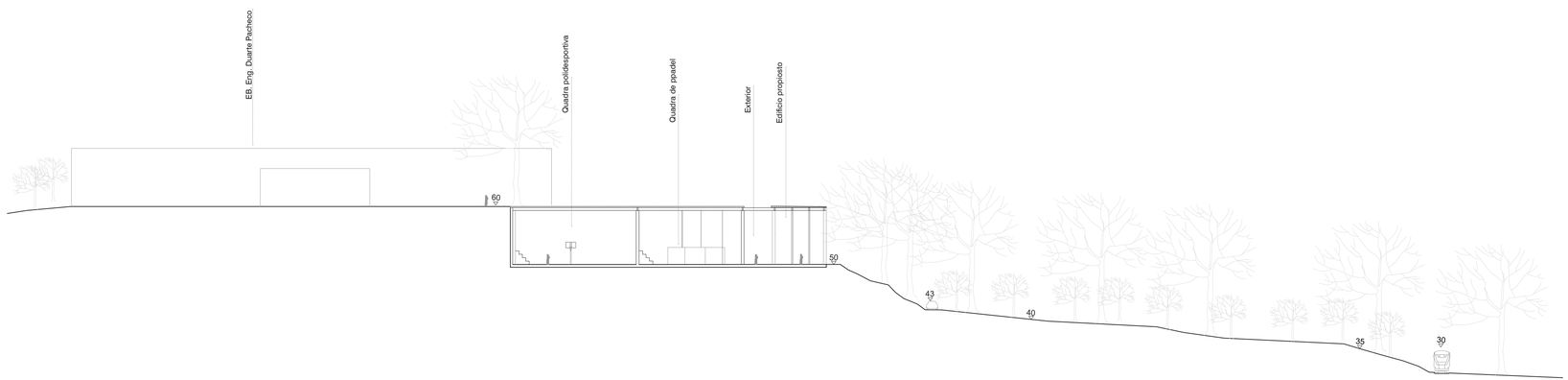


Fig. 82 - Representação gráfica em corte da prosposta. Desenho da autora.

Escala 1: 500

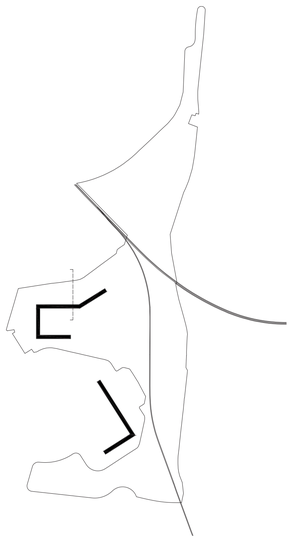


Fig. 83 - Representação gráfica de linha de corte. Desenho da autora

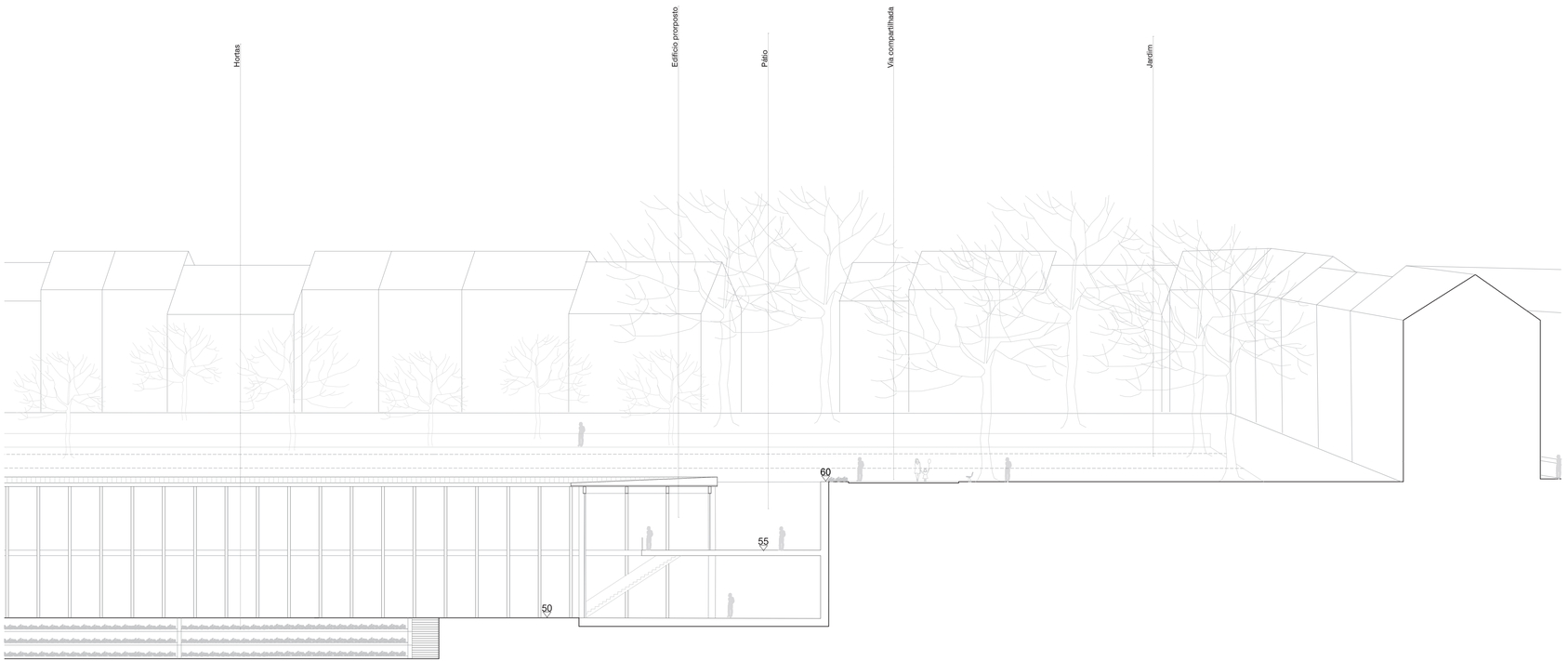


Fig. 84 - Representtação gráfica em corte da relçao entre a envolvente e a proposta

Escala 1:200

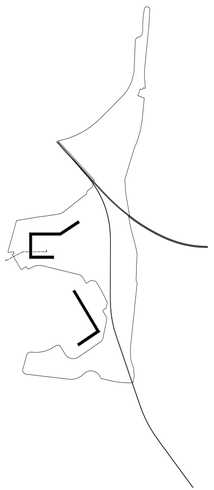


Fig. 85 - Representação gráfica de linha de corte. Desenho da autora

Fig. 86 - Representtação gráfica em corte da relção da envolvente com a proposta. Desenho da autora.

Escala 1:200

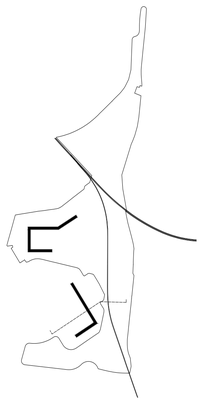


Fig. 87 - Representação gráfica de linha de corte. Desenho da autora

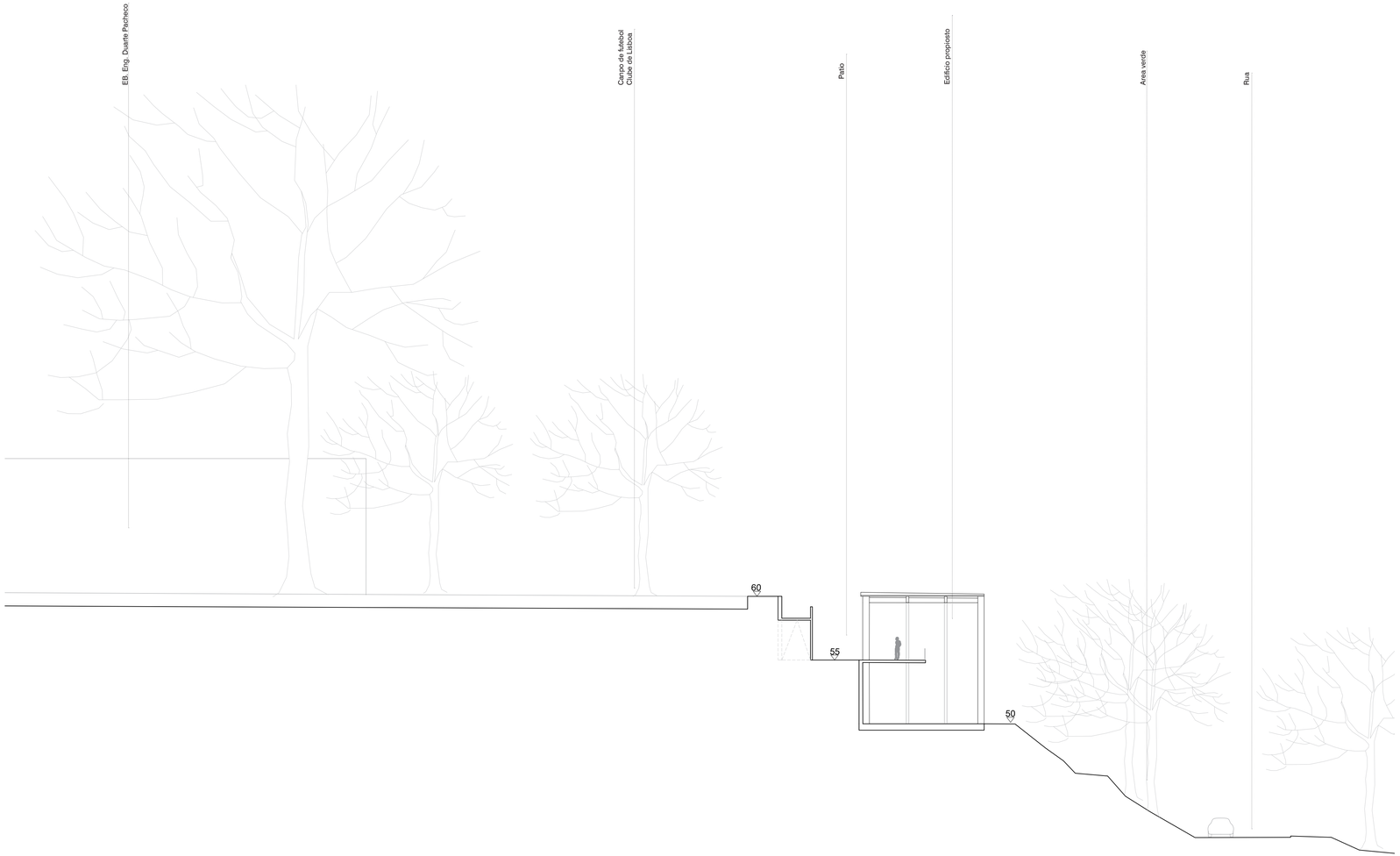


Fig. 88 - Representação gráfica em corte da prpospta. Desenho da autora.

Escala 1:200

LEGENDA

01. Galeria
02.Área exterior
03. Hortas
04. Espaços multiuso
05. Supermercado
06. Polidesportivo
07. Rampa de acesso

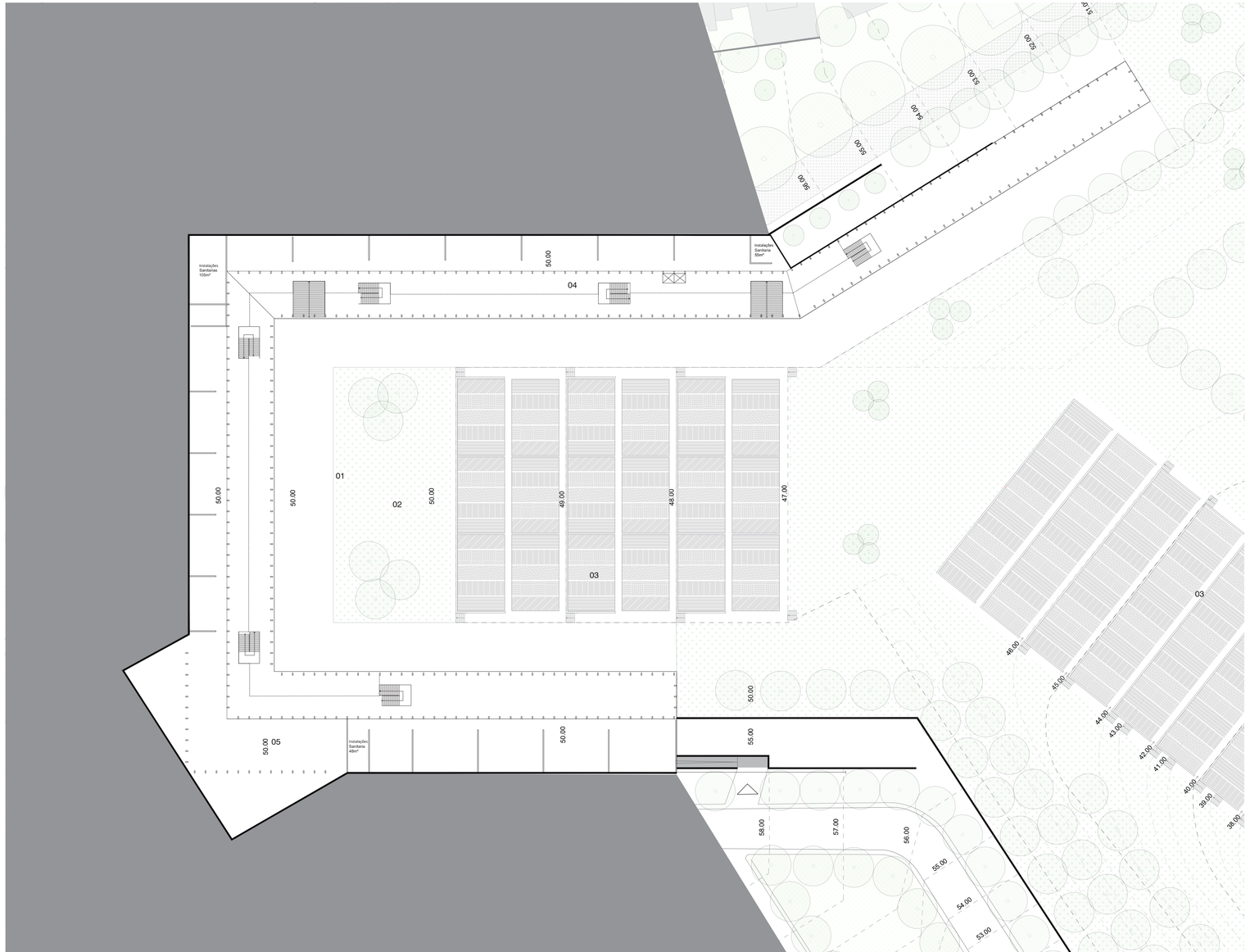


Fig. 89 - Representação gráfica de pavimento zero, galeria um. Desenho da autora.

Escala 1:500

LEGENDA

01. Galeria
02.Área exterior
03. Hortas
04. Espaços multiuso
05. Supermercado
06. Polidesportivo
07. Rampa de acesso

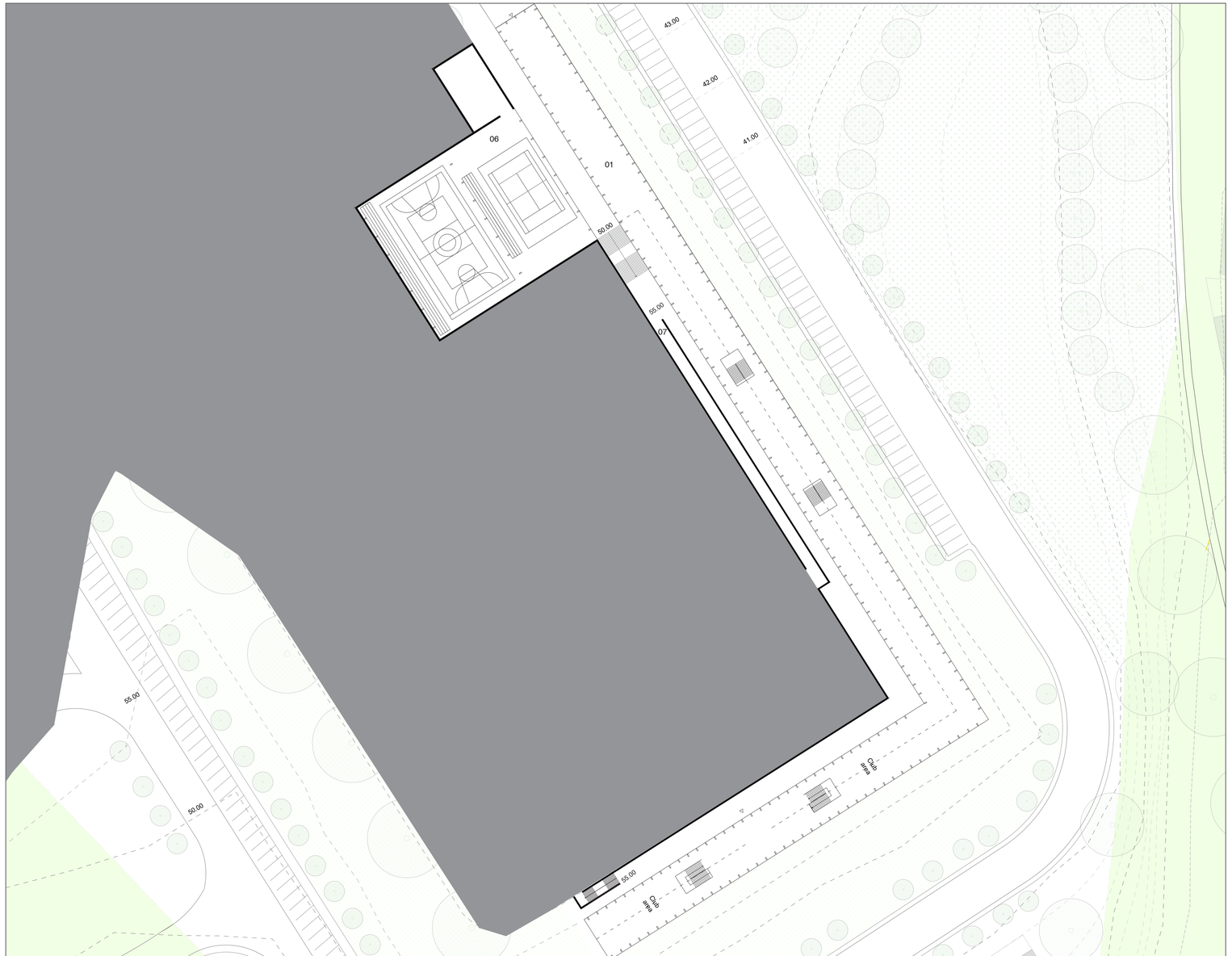
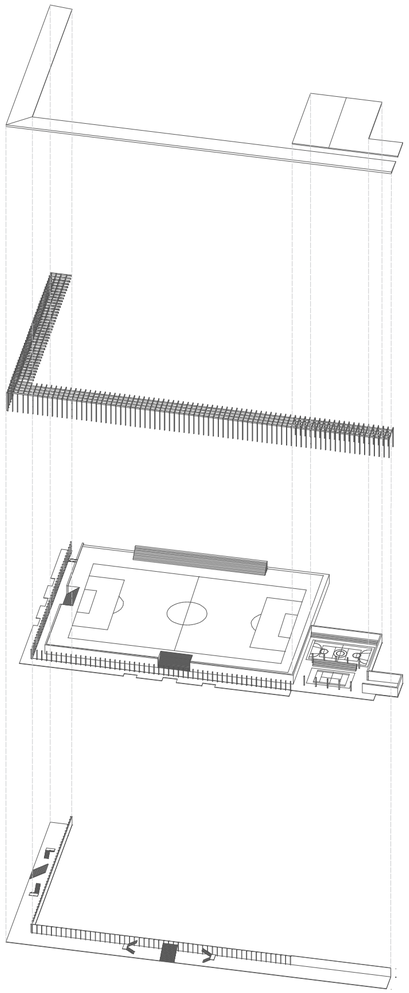


Fig. 90 - Representação gráfica de pavimento zero, galeria dois. Desenho da autora.

Escala 1:500



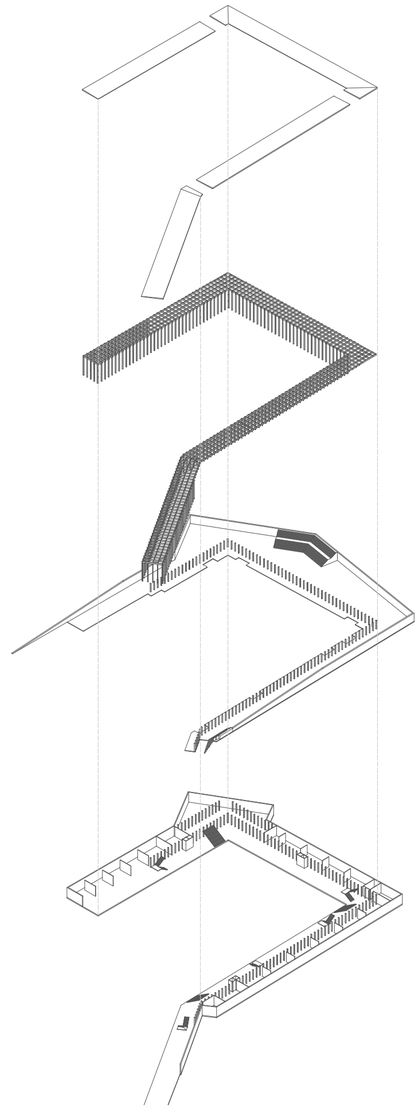


Fig. 91 - Axonometria explodida

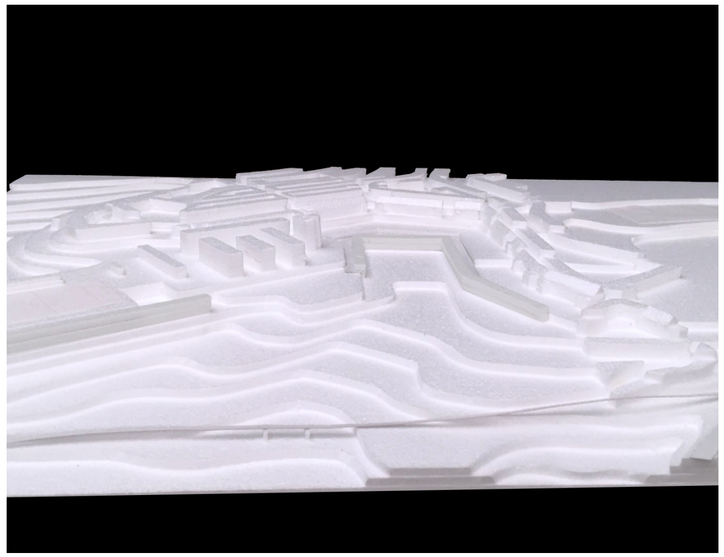


Fig. 92 - Fotografia da maquete.
Envolvente.

Fig. 93 - Fotográfia da maquete.
Envolvente.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Tânia Monteiro – A estrutura Ecológica Urbana no modelo da rede Estruturante da Cidade. Aveiro. Editora: Bubok Publishing S.L. Agosto, 2010. Dissertação de Mestrado.

ALVES, Rui Manuel Vaz. Arquitetura, Cidade e Caminho-de-ferro: As transformações urbanas planeadas sob a influência do Caminho de Ferro. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2015. Tese de Doutoramento em Arquitetura.

AUGÉ, Marc, Non-Places. Introduction to an Anthropoligy of supermodernity.New York and London. Editora: Verso Books.1995. ISBN: 1 85984 051 5.

ADRIÃO, José. Relatório de Caracterização e fundamentação do Plano de Pormenor do Casal Do Pinto. Lisboa. Publicado no Diário da República 2.ª Série, n.º 248 de 26 de dezembro de 2018.

BENEVOLO, Leonardo. História da Cidade. Editora: Perspetiva S.A, São Paulo. 1997.

CONTREIRAS, Ana Leonor Cecílio - Utilização do espaço verde enquanto elemento arquitetónico da construção do espaço. Dissertação de mestrado, Universidade Lusíada, Lisboa (2020).

FADIGAS, Leonel de Sousa – Urbanismo e Natureza: Edições Sílabo. LDA. ISBN 978-972-618-595-6. Jornal Da Horticultura Prática, 1873. Vol IV, p. 64-67. Disponível: fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&-f=books.0003.W_0003_000047#faimg. (Consultado em: 07/10/22).

MAGALHÃES, Manuela Raposo - A Arquitetura paisagista morfológica e complexidade. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. Lda. ISBN 972-33-1686.

MATOS, José Sarmento de, PAULO, Jorge Ferreira. Caminho do Oriente: Guia Histórico I. Editora: Livros Horizonte Lisboa. 1999.

PESSOA, Fernando Santos. Intervir na paisagem. Editora: Edições Estudos e Realizações. Lisboa LDA. Lisboa, 2017. ISBN: 9789898885012

PINTO, Ana Júlia. Espaço Público e Coesão Territorial – O caso da "Rambla de La Mina on the waterfront. Public Art.Urban Design.Civic Participation.Urban Regeneration. Barcelona. Vol. 12. Abril, 2009. P.150. ISSN 1139-7365.

Revista Ocidente. Nº 147. Lisboa, 1883, p.19. Disponível: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1883/N147/N147_item1/P3.html (Consultado em: 05/12/22).

RODRIGUES, Ana Duarte. O triunfo dos jardins. O pelouro dos passeios e arvoredos de Lisboa (1840-1900). 2020. Editora: Livraria nacional de Portugal – BNP Lisboa, 2020. ISBN: 9789725656822.

SILVA, Margarida Reis e. Para onde a indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835.Cadernos do Arquivo Municipal, 2ª série, 2019.
TELLES, Gonçalo Ribeiro - Plano Verde de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Edições Colibri. Lisboa, 1997.

OUTRAS FONTES

Arquivo Municipal de Lisboa - Munihttps://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWeb/Search.aspx (Consultado em: 15/01/2023).

Biblioteca Nacional de Portugal - https://catalogo.bnportugal.gov.pt/ - (Consultado em: 15/01/2022).

Hemeroteca Digital - https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt (Consultado em: 05/01/2023).
Lisboa - https://www.lisboa.pt/capital-verde-2020. (Consultado em: 10/06/2021).
Objetivos do Desenvolvimento Sustentavel - https://ods.pt/ . (Consultado em: 20/03/2021).

Sistema de Informação para património arquitetónico - http://www.monumentos.gov.pt/ (Consultado em: 15/11/2022).

BAIRRO Degradado, 1988. Lisboa, reportagem sobre o bairro degradado do Casal do Pinto á Pichelaria, e os problemas dos seus moradores. (05:32 min) . Disponível: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/bairro-degradado/. (Consultado em: 23/01/23).

INDICE DE FIGURAS

Fig. 1 - Ortofotomapa de Lisboa. Estruturas verdes e ferroviárias de Lisboa. Sec. XIX. Fonte: https://websig.cm-lisboa.pt/.

Fig. 2 - Planta do Parque Central, Nova Iorque – Olmsted e Vaux – 1858. Departamento of Parks and Recreation Drawings Collection. Disponível em: https://www.archives.nyc/blog/tag/Calvert+Vaux.

Fig. 3 - Plano de Sistema de Parques de Boston – Olmsted e Elliot – 1894.
Norman B. Levnethal Map Center. Disponível em: Collection.https//collections.leventhalmap.org/search/commonwealth:ht2503205

Fig. 4 - Esquema da Cidade Jardim de Ebenezer Howard – 1898.
Fonte: TELLES, Gonçalo Ribeiro - Plano Verde de Lisboa. Edições Colibri; Coleção: Extra Coleção. Lisboa 1993, p. 58.

Fig. 5 - Cidade Lineal de Arturo Soria y Mata – 1894
Fonte: NAVASCUÉS, Pedro Palacio, (1969). La Ciudad Lineal de Arturo Soria. “Villa de Madrid” n. 28; p. 49-58.
Disponível em: https://oa.upm.es/7682/ - Arquivo Digital UPM

Fig. 6 - Plano de Berlim, Martin Wagner – 1929 - A preto as zonas verdes envolvendo os espaços edificados.
Fonte: Adaptado de: MAGALHÃES, Manuela Raposo - Morfologia da Paisagem. Editorial Estampa Lda. Lisboa, 2001, p. 86. ISBN 972-33-1686.

Fig. 7 - Passeio público: alameda central pouco antes da demolição.1883.
Autor: BÁRCIA, José Artur Leitão. Arquivo Fotográfico da A.M.L. Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000039

Fig. 8 - Cartografia de Lisboa, Passeio Publico. FOLQUE, Felipe – Cartografia Histórica 1856 – 1858.
Disponíve em: https://websig.cm-lisboa.pt/MuniSIG/visualizador/index.html?viewer=LxInterativa.LXi/ .
Cartografia Histórica 1856. [Material Cartográfico]. Lisboa: Câmara Municipal, 1856.

Fig. 9 - Vista do Jardim da Estrela - Autor: BENOLIEL, Joshua – 1911- Arquivo Fotográfico da A.M.L. Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/003178

Fig. 10 - Cartografia de Lisboa no início do Séc. XX. Jardim da Estrela - PINTO, [Júlio António Vieira da] Silva — Levantamento Topográfico de Lisboa em 1904–1911. Escala 1:1000 [Material Cartográfico]. Lisboa: Câmara Municipal, 1911. 249 plantas ms.: cor; 96 x 63 cm.

Fig. 11 – Plans Raisonnés de Toutes les Espèces de Jardins. Autor: Gabriel Thouin- 1820
Disponível em: https://www.metmuseum.org/art/collection/search/357945

Fig. 12 - Garden Party, Jardim da Estrela - Autor: BELONIEL, Joshua,1911.
Disponível em: https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2016/12/jardim-da-estrela.html.

Fig. 13 - O novo boulevard, a avenida da Liberdade. Autor: PORTUGAL, Eduardo – 1930 – 1939.
Arquivo Fotográfico da A.M.L. Código de Referência: PT/AMLSB/POR/052579.

Fig. 14 - Planta de Lisboa, avenidas novas projetadas - [Material Cartográfico] - O brinde de “O século”. Lisboa: A Editora -1906. Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Lisboa, C.C. 1323 R.

Fig. 15 - Parque Eduardo VII e avenida da Liberdade – Autor: NUNES, Abreu, 1953 – Arquivo fotográfico da A.M.L. . Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ABR/000011.

Fig. 16 – Jardim do Campo Grande - Autor: CORREA, José Pedro Pinheiro – 1934 – Arquivo Fotográfico da A.M.L. Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PIC/000001

Fig. 17 – Parque Florestal de Monsanto - Autor: NOVAIS, Horácio - 1952 – Arquivo Fotográfico da A.M.L. Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/HNV/000385.

Fig. 18 - Plano geral Fundação Calouste Gulbenkian - Gonçalo Pereira Ribeiro Telles – 1966.
Fonte: Arquivo Digital Fundação Calouste Gulbenkian. Código de referência: PT FCG FCG:SC-T-S006-DES01098.

Fig. 19 - Levantamento de Lisboa – 1856 - FOLQUE, Filipe - [Material Cartográfico]. – Escala 1:5000. [S.l.: S.n.; 1859]. – 65 Plantas ms.: color. Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

Fig.12 - O novo boulevard, a avenida da Liberdade. Autor: PORTUGAL, Eduardo – 1930 – 1939.
Arquivo Fotográfico da A.M.L. Código de Referência: PT/AMLSB/POR/052579.

Fig.13 - Planta de Lisboa, avenidas novas projetadas - [Material Cartográfico] - O brinde de “O século”. Lisboa: A Editora -1906. Disponível em: Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Lisboa, C.C. 1323 R.

Fig.14 - Parque Eduardo VII e avenida da Liberdade – Autor: NUNES, Abreu, 1953 – Arquivo fotográfico da A.M.L. . Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ABR/000011.

Fig. 15 - Parque Eduardo VII e avenida da Liberdade – Autor: NUNES, Abreu, 1953 – Arquivo fotográfico da A.M.L. . Código de Referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ABR/000011.

Fig. 16 – Jardim do Campo Grande - Autor: CORREA, José Pedro Pinheiro – 1934 – Arquivo Fotográfico da A.M.L. Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PIC/000001

Fig. 17 – Parque Florestal de Monsanto - Autor: NOVAIS, Horácio - 1952 – Arquivo Fotográfico da A.M.L. Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/HNV/000385.
Fig. 18 - Plano geral Fundação Calouste Gulbenkian - Gonçalo Pereira Ribeiro Telles – 1966.
Fonte: Arquivo Digital Fundação Calouste Gulbenkian. Código de referência: PT FCG FCG:SCT-S006-DES01098.

Fig. 19 - Levantamento de Lisboa – 1856 - FOLQUE, Filipe - [Material Cartográfico]. – Escala 1:5000. [S.l.: S.n.; 1859]. – 65 Plantas ms.: color. Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

Fig. 20 - Espaços verdes no ano de 1858. Mapa de Felipe Folque (1856) sobreposto ao mapa atual de Lisboa. Manchas verde: jardins, hortas. Fonte: Elaborado pela autora.

Fig. 21 - PINTO, [Júlio António Vieira da] Silva – Levantamento Topográfico de Lisboa em 1904 - 1911 / Dir. [Júlio António Vieira da] Silva Pinto [Material Cartográfico]. – Escala 1:1000. [Lisboa: Câmara Municipal, 1904 - 1911]. — 249 plantas ms.: color.; 96 x 63 cm. Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

Fig. 22 – Espaços verdes no ano de 1911. Mapa de Siva Pinto (1911), sobreposto ao mapa da cidade de Lisboa atual. Manchas verdes: jardins, hortas e uso indefinido. Elaborado pela autora.

Fig. 23 – Mapa de Lisboa, 2021. Espaços verdes.
Reelaboração a partir da Carta de Lisboa elaborada pela Arquiteta Inês Lobo.

Fig. 25 - Convento de Chelas, Lisboa, séc. XIX. Archivo Pittoresco, vol. XIV, 1864. Disponível:https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/ArchivoPittoresco_TomoVII.htm.

Fig. 26 - Topografia da Linha de defesa de Lisboa, levantada sob a direcção do coronel Engenheiro J.D da Serra em 1835 - (G.O.E) Primeiro mapa conhecido desta área. Gabinete de Estudos Olisiponensis – C.M.L. Fonte: SARMEN TO, José de Matos; FERREIRA, Jorge Paulo O Caminho do Oriente: Guia Histórico I. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p.102.

Fig. 27 - Elaboração Gráfica de Lisboa - Inicio do século XIX - Com base da cartografia de Topografia da Linha de Defesa de Lisboa. Fonte: Dianira Mauricio, Paula Zinn, Numael Ghebreiesus.

Fig. 28 - Levantamento de Lisboa – 1856 - 59 - FOLQUE, Filipe - [Material Cartográfco]. – Escala 1:5000. [S.l.: s.n.; 1859]. – 65 Plantas ms.: color. Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

Fig. 29 - Elaboração Gráfica de Lisboa - Com base da cartografia de Felipe Folque – 1856 – 59.
Fonte: Dianira Maurício, Numael Ghebreiesus, Paula Zinn.

Fig. 30 - Planta da cidade de Lisboa, relevo - João Carlos Bon Souza. Escala 1:5000, litografia 33,60x72,80 cm, em folha de 38,70x76,30 cm. 1875. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal – BNP. Ref. C.C. 981 A Disponivel: URL: https://purl.pt/3648

Fig. 31 - Elaboração Gráfica de Lisboa - Com base na cartografia de João Carlos Bon Sousa - 1875
Fonte: Dianira Mauricio, Numael Ghebreiesus, Paula Zinn.

Fig. 32 – PINTO, [Julio António Vieira da] Silva – Levantamento Topográfco de Lisboa em 1904 - 1911 / [Material Cartográfco]. – Escala 1:1000. [Lisboa: Câmara Municipal, 1904 - 1911]. – 249 Plantas ms.: color.; 96 x 63 cm. Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

Fig. 33 - Elaboração Gráfica de Lisboa - Com base na cartografia de Eng. Silva Pinto - 1904 – 1911.
Fonte: Dianira Mauricio, Numael Ghebreiesus, Paula Zinn.

Fig. 34 - Cartografia de Lisboa, meados do Séc. XX. Disponível online. URL: https://websig.cm-lisboa.pt/ CML — Cartografia Histórica 1950. [Material Cartográfico]. Lisboa: Câmara Municipal, 1950.

Fig. 35 - Elaboração Gráfica de Lisboa - Com base na cartografia de Lisboa de 1950
Fonte: Dianira Mauricio, Numael Ghebreiesus, Paula Zinn.

Fig. 36 – Fotografia Aérea do Casal do Pinto, e quintas próximas. Meados de 1950. PINTO, Casal do. Blog Bic Laranja. Disponível: URL: https://biclaranja.blogs.sapo.pt/577906.html.

Fig. 37 - Bairro de Lata em Lisboa – Autor: CARDEIRA, Fernando Mariano, 1960. Disponível: https://pt.quora.com/.

Fig. 38 - Desenho da Urbanização da Picheleira, Planta de urbanização, 1944 - 1965 – Arquivo Municipal de Lisboa - A.M.L. Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/04037.

Fig. 39 - Desenho da Urbanização da Picheleira, Planta de urbanização, 1944 - 1965 – Arquivo Municipal de Lisboa - A.M.L. Código de referência: PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/04037

Fig. 40 – Ortofotomapa corredor verde do vale de Chelas. Foto da autora

Fig. 41 - Terreno vazio proximo a linha de caminho de ferro. Foto da autora

Fig. 42 - Terreno vazio proximo a linha de caminho de ferro. Foto da autora

Fig. 43 - Terreno vazio proximo a linha de caminho de ferro. Foto da autora

Fig. 44 - Terreno vazio proximo a linha de caminho de ferro. Foto da autora

Fig. 45. - Antiga estação de Chelas. Foto da autora

Fig. 46 - Apeadeiro de Chelas. Foto da autora

Fig. 47 - Apeadeiro de Chelas. Foto da autora

Fig. 48 - Apeadeiro de Chelas e Linha de Xabregas. Foto da autora

Fig. 49 - Linha de Xabregas. Foto da autora

Fig. 50 - Passagem sob a linha de Xabregas. Foto da autora

Fig. 51 - Calçada da Picheleira. Foto da autora

Fig. 52 - Encontro entre as ruas Calçada da Picheliera e Rua Frei Fortunado. Foto da autora

Fig. 53 - Casal do Pinto. Foto da autora

Fig. 54 - Vista do Casal do Pinto. Foto da autora

Fig. 55 - Vista do Casal do Pinto e ponte Vasco da Gama ao fundo. Foto da autora

Fig. 56 - Casal do Pinto. Foto da autora.

Fig. 57 - Casal do Pinto. Foto da autora.

Fig. 58 - Pequeno vale no Casal do Pinto. Foto da autora.

Fig. 59 – Ortofotomapa de localização da área se estudo, e representaçao grafica da topografia.
Escala: 1:14000. Fonte: Desenho da autora.

Fig. 60 - Representação gráfica da
estrutura verde no vale de Chelas. Desenho da autora.
Escala 1: 8000

Fig. 61 - Corte longitudinal. Desenho da autora.
Escala 1:2000

Fig. 62 - Corte longitudinal. Desenho da autora.
Escala 1:2000

Fig. 63 - Corte longitudinal. Desenho da autora.
Escala 1: 2000

Fig. 64 - Estabelecimento de Educação.
Escala 1: 8000

Fig. 65 - Café e restaurantes
Escala 1: 8000

Fig. 66 - Estabelecimento Cultural
Escala 1: 8000

Fig. 67 - Mercados
Escala 1: 8 000

Fig. 68 - Outros estabelecimento comerciais
Escala 1: 8 000

Fig. 69 - Ortofotomapa de Lisboa, estrategia de projeto. Desenho da autora
Escala 1: 8000

Fig. 70 - Representação gráfica da estratégia global. Escala: 1.2000

Fig. 71 - Representação gráfica em corte da proposta. Desenho da autora. Escala 1.1000

Fig. 72 - Representação gráfica em corte da
proposta. Desenho da autora
Escala 1:1000

Fig. 73 - Representação grafica em Corte do terreno.
Escala 1:1000
Fig. 74 - Representação gráfica de corte. Desenho da autora.

Fig. 75 - Representação gráfica em corte da proposta.
Escala 1:1000

Fig. 76 - Representação Grafica em corte do terreno.
Escala 1:1000

Fig. 77 - Representação gráfica de corte. Desenho da autora.

Fig. 77 - Representação gráfica de corte. Desenho da autora.

Fig. 78 - Representação gráfica em corte da porposta.
Escala 1:1000

Fig.79 - Representação gráfica de corte .

Fig. 80 - Representação gráfica da linha de corte.

Fig. 81 - Representação gráfica em corte da prosposta. Desenho da autora.
Escala 1: 500

Fig. 82 - Representação gráfica de corte do terreno. Desenho da autora.

Fig. 83 - Representtação gráfica em corte da linha de corte . Desenho da autora.

Fig. 84 - Representação gráfica em corte relação entre a envolvente e a proposta. Desenho da autora.

Fig. 85 - Representação gráfica de linha de corte. Desenho da autora.

Fig. 86 - Representação grafica da planta baixa. Desenho da autora.
Escala 1:1500

Fig. 87 - Corte. Desenho da autora.
Escala 1:200

Fig. 88 - Representação gráfica de corte da proposta. Esc. 1.200

Fig. 89 - Planta baixa do pavimento zero, proposta. Desenho da autora.
Esc. 1 500

Fig. 90 - Planta baixa dopavimento zero, proposta. Desenho da autora.
Esc. 1.500